

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 061

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

Ato da Presidência:

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002/99

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º, do art. 34, combinado com o inciso XIII, do art. 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída Comissão Parlamentar para, em caráter de emergência, vistoriar as áreas de terras desocupadas pela Polícia Militar nos últimos dias e elaborar parecer sobre as condições gerais encontradas nessas propriedades, compostas pelos Senhores Deputados: Luiz Accorsi (PTB), Miltinho Puppio (PSC), Divanir Braz Palma (PPB), Plauto Miró Guimarães (PFL), Edno Guimarães (PL), Hermes Fonseca (PT) e Antonio Annibelli (PMDB), figurando, ainda, na suplência o Deputado Luiz Fernandes Litro, conforme requerimento aprovado em sessão plenária, no último dia 11 de maio, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães.

Gabinete da Presidência, em 25.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**14ª LEGISLATURA****ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM****07 DE JUNHO DE 1999***(segunda-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente

Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ato da Comissão Executiva:**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Senhor Presidente.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais;

Considerando, o infausto passamento do Aragão de Mattos Leão Filho, ex-Deputado Estadual, no dia de ontem;

Considerando, que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense, dada a sua irrepreensível carreira de homem público, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo do nosso Estado;

R E S O L V E :

Artigo Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará Luto Oficial por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Aragão de Mattos Leão Filho.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

Ofícios:

OFÍCIO GAB. 040/99

Curitiba, em 08.06.99.

Exmo. Senhor Ministro.

Através da presente, a bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, vem à V. Exa. solicitar sua intervenção para que sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores do SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Sindicato que representa cerca de 9 mil trabalhadores das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário em todo o país, como a EMBRAPA, CODEVAST e as empresas estaduais de pesquisa.

Estes trabalhadores estão reivindicando, na campanha salarial em andamento, entre outros, reajustes referentes às perdas acumuladas no período de maio/98 a abril/99, a manutenção da pesquisa agropecuária pública e gratuita, voltada para as demandas da pequena, média e grande produção rural e maiores investimentos na pesquisa voltada à agricultura familiar.

Assim sendo, solicitamos a V. Exa. que se posicione favoravelmente a estes trabalhadores em suas reivindicações, pois entendemos que desenvolvem um trabalho de fundamental importância para a agricultura brasileira.

Certos de que podemos contar com a compreensão de V. Exa., externamos protestos de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Curitiba, em 07.06.99.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a V. Exa. e ao douto Plenário desta Casa de Leis, o meu desligamento do Partido Progressista Brasileiro - PPB, e, a minha consequência filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, a partir desta data.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveito para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da ordem do dia.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação, até o dia 11 de junho do corrente ano, do prazo de entrega de emendas ao Projeto de lei nº 190/99, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício de 2000.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, junto a Presidência, que verifique a possibilidade de denominar a sala do comitê de imprensa desta Casa de Leis de Leões Rocha, em homenagem ao grande Jornalista falecido no dia 06 de junho de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Adão Plínio da Silva, treinador e comentarista de futebol, falecido em data de 01/06/1999.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Adão Plínio da Silva, de 73 anos, treinador e comentarista de futebol, faleceu em data de 01/06/1999 (ontem), vítima de acidente automobilístico entre Curitiba e Palmeira, Trevo de Porto Amazonas.

Adão Plínio da Silva, mais conhecido como "Nego Adão", ex-lateral direito, foi jogador do Coritiba nas décadas de 40 e 50 e também se destacou como técnico do próprio Alviverde, Primavera e Água Verde.

Iniciou sua carreira no Internacional, de Porto Alegre, jogando no meio-de-campo. Depois transferiu-se para o Inter de Lajes e em 1945 veio para o Coritiba, onde ficou até 1946. Seu desempenho chamou a atenção do técnico do Botafogo e ele jogou naquele time carioca por três anos, depois foi para o Atlético Júnior, de Barranquilla, na Colômbia, onde permaneceu até 1954. Atualmente era Cônsul do Botafogo em Curitiba.

Voltou para o Coritiba e teve rápida passagem pelo Britânia, onde encerrou sua carreira de jogador iniciando sua carreira como técnico da equipe juvenil do Coritiba e em 67 passou a comandar o time principal a convite de Munir Calluf. Ainda treinou o Primavera, o Atlético e o Água Verde.

Afastado do futebol profissionalmente, mas sempre convivendo como ele, Adão Plínio da Silva, deixa uma grande lacuna no esporte e sua falta entristece uma grande legião de amigos que conquistou em vida. Um homem polêmico, folclórico, em qualquer roda onde o assunto fosse futebol, lá estava ele. O futebol estava em seu sangue e Adão foi ainda comentarista de rádio e por último vivia de sua aposentadoria e gostava imensamente de pescar.

Teve três filhos com a esposa Ruth (Roberto, Blanca e Fernando). Sua presença era sempre sinônimo de sabedoria sobre futebol e sua ausência nos causa um pesar irreparável. O futebol do Paraná está de luto e nós, através deste Poder Legislativo, enviamos os votos de pesar à sua família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, no dia de ontem. O infausto passamento representa uma perda irreparável para o Poder Legislativo e para o povo do nosso Estado.

Filho de Aragão de Mattos Leão e Nabia de Mattos Leão, Aragão de Mattos Leão Filho nasceu no Município de Inácio Martins, em 04 de junho de 1946. O falecido é irmão do ex-Deputado Estadual e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Artagão de Mattos Leão.

Aragão de Mattos Leão Filho foi um brilhante parlamentar deste Poder Legislativo, com relevante trabalho voltado para o bem da comunidade paranaense. Eleito Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1975/79), Aragão de Mattos Leão Filho participou da Comissões de Finanças e da Comissão de Saúde Pública. Através de sua firme atuação no Parlamento Estadual, Aragão de Mattos de Leão Filho teve o seu trabalho reconhecido pelo povo paranaense, tendo sido eleito deputado federal, com excelente passagem pela Câmara Federal.

Requer, também que seja dada ciência a família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa nos termos regimentais a inserção em Ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Liones Rocha, ocorrido na data de ontem, em Brasília.

Requer, mais que da manifestação aqui registrada seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Liones Rocha, falecido aos 47 anos, era correspondente da Gazeta do Povo na capital federal. depois de ter militado por longos anos na imprensa paranaense. Profissional combativo mas dotado da mais rigorosa idoneidade ética, Liones sabia fazer amigos entre suas fontes de noticiário, a ampla classe dos líderes e representantes políticos donde ele colhia notícias atualizadas e exclusivas para alimentar os jornais onde escrevia.

Esse comportamento isento e operativo o fazia respeitado nos círculos do poder e nas rodas da imprensa, elevando-o a ocupar a Presidência do Comitê de imprensa desta Assembléia Legislativa e uma Diretoria da Associação Paranaense de Imprensa.

Sua morte prematura enluta os meios jornalísticos e atinge os amigos e admiradores que o jornalista Liones Rocha soube conquistar em mais de duas décadas de ativa vida profissional.

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aragão de Mattos Leão Filho, ocorrido do último dia 06 de junho.

Requer, ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada a Rua Desembargador Otávio do Amaral, 770, apto 06, CEP 80730-400, Município de Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Liones Rocha, em Brasília, DF, na data de ontem.

Requer, ainda que do presente se de ciência à viúva Sra. Alzira Conceição Silva Rocha, através de

correspondência a ser encaminhada a CSA 3, lote 10, ap. 102, Taguatinga Sul, CEP 72015-035, Brasília, DF.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, votos de pesar a família do jornalista político Liones Rocha, pelo falecimento do destacado profissional, ocorrido ontem em Brasília, DF.

Liones Rocha, era natural de Alegre, ES., e tinha 47 anos. Iniciou sua carreira no Jornal o Paraná de Cascavel, transferindo-se para Curitiba em 1986, tendo passado ainda pelo "O Estado do Paraná", "Indústria e Comércio" e ultimamente residia em Brasília, onde escrevia a coluna Porões do Poder, no jornal Gazeta do Povo.

Deixa viúva Alzira da Conceição e a filha Angélica com 16 anos.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em nome da Bancada do PPB nesta Casa de Leis, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão Ordinária, votos de pesar à família do Deputado Fernando Ribas Carli, pelo falecimento de seu pai Ivo Carli, com 85 anos de idade, ocorrido na última sexta-feira, dia 04/06/99.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a família Rocha, pelo falecimento do Sr. Liones Rocha, renomado e importante jornalista político de nosso Estado.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Liones Rocha faleceu dia 06 de junho de 1999 aos 47 anos de idade. Natural de Alegre - ES.,

Liones era jornalista, e atualmente correspondente político do diário Gazeta do Povo, onde assinava a coluna "Porões do Poder", a propósito dos parlamentares paranaenses no Congresso.

Iniciou sua carreira no jornal "O Paraná" da cidade de Cascavel. Em 1986, transferiu-se para Curitiba, onde trabalhou nos jornais "O Estado do Paraná" e "Indústria & Comércio, fixando residência em Brasília a partir de 1991.

Liones teve uma notória participação na vida política paranaense, sendo considerado um dos principais jornalistas políticos do Paraná. Deixa uma relevante contribuição à política paranaense, visto que exerceu papel imprescindível na vinculação dos fatos sobre os parlamentares junto ao Congresso Nacional.

Liones Rocha deixa o exemplo de marido a viúva, senhora Alzira da Conceição Silva Rocha, de pai à filha Angélica, de 16 anos e de amigo e companheiro a todos aqueles que tiveram o prazer de sua convivência.

Isto posto, e pela própria pessoa querida que foi Liones Rocha, dispensa maiores comentários acerca desta simples, mas sincera homenagem que este Parlamento pode oferecer-lhe.

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Liones Rocha, ocorrido ontem, dia 06 de junho em Brasília.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à Sra. Alzira da Conceição Silva Rocha, viúva do extinto, aos cuidados do Jornal "Gazeta do Povo", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Alegre, no Espírito Santo, Liones Rocha iniciou sua carreira como jornalista no jornal "O Paraná", de Cascavel. Em 1986, mudou-se para Curitiba, na condição de correspondente do referido órgão de imprensa. Também foi contratado pelo "Estado do Paraná" e pelo "Indústria e Comércio, sobressaindo sempre como um repórter investigativo e profissional.

Em 1991 transferiu-se para Brasília, sempre atuando na área relacionada com política nacional. Há três anos foi contratado pela Gazeta do Povo, com uma coluna diária sob o título "Porões do Poder".

A morte prematura de Liones Rocha, vítima de três paradas cardíacas sucessivas, e suspeita de pneumonia, surpreendeu e deixou consternados

não só seus familiares como o mundo político e um círculo de amigos que conquistou em sua trajetória jornalística. Fica uma lacuna na área do jornalismo político, que dificilmente será preenchida.

Nossa solidariedade e sinceros pêsames à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aragão de Mattos Leão Filho, ex-Deputado Federal, ocorrido ontem dia 06 de junho de 1999, nesta Capital.

Requer ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada nas pessoas de seus entes queridos, Aragão de Mattos Leão Neto, Gisele de Mattos Leão Filha e Artagão de Mattos Leão, à Rua Des. Otávio do Amaral, 770 - Apto. 06, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Aragão de Mattos Leão Filho nascido em Guarapuava em 04 de julho de 1946, foi Deputado Federal nas legislaturas 1982/86 e 1986/90, tendo sido constituinte em 1988. Médico e empresário sempre representou o Estado do Paraná com dignidade e honra no exercício de todas suas atividades.

REQUERIMENTO Nº 1191

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, integrantes da Bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de votos de pêsames à família do Jornalista Liones Rocha, falecido ontem em Brasília/DF, conforme justificam.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(aa) EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS ZUK

MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

É com profundo pesar que registramos a morte do Jornalista e Analista Político Liones Rocha, ocorrida ontem em Brasília/DF após ser internado e sofrer três paradas cardíacas, segundo noticiário que entristeceu o Paraná na manhã desta segunda-feira.

“Através das reportagens de Liones, foi iniciada uma campanha para a construção da estrada de ferro FERROESTE. Seu trabalho foi decisivo também para a extinção no Paraná do FEPPA, espécie

de fundo que garantia aposentadoria aos Parlamentares”. Este pequeno trecho, colhido na reportagem do Jornal Gazeta do Povo de hoje, é suficiente para evidenciar a grandeza com a qual Liones Rocha exerceu o seu profissionalismo, sempre de maneira serena, independente, empreendedora e voltando-se para as grandes questões de interesse dos paranaenses e dos brasileiros.

Entre as notícias que deixou prontas para a sua coluna, que vinha sendo publicada em vários jornais do Paraná, com informações de qualidade e notas políticas que ficaram conhecidas pelo título “Porões do Poder”, ele conta verdades que normalmente não ganham destaque na grande mídia, como as que fazemos questão de transcrever a seguir:

Governadores cobram mais verbas

Brasília - (do correspondente Liones Rocha) -

Como não bastassem as pressões do PSDB para que realize a reforma ministerial ainda neste mês, a CPI do Sistema Financeiro encontrando cada vez mais, indícios de omissão por parte do Banco Central na fiscalização de remessas de divisas para o exterior (por intermédio da CC-5) e os tucanos e peemedebistas se digladiando no Senado Federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentará, a partir desta terça-feira, o lobby dos governadores de oposição, que se aliam à Frente Nacional de Prefeitos, para cobrar o cumprimento das promessas feitas em fevereiro deste ano, durante a reunião na Granja do Torto.

Os governadores aliados tiram proveito do movimento liderado pelos colegas oposicionistas, fazendo pressão, à moda deles, visando a liberação de mais verbas a seus respectivos estados. Todos estão insatisfeitos com o tratamento dispensado aos estados pelos inquilinos do Palácio do Planalto. Antes que a equipe econômica do Presidente FHC arranje algum pretexto para não extinguir o Fundo de Estabilização Fiscal em dezembro deste ano, ou para não promover o ressarcimento (como permitido por FHC) das perdas de receitas diante da implantação da Lei Kandir (desonera do ICMS os produtos primários, semi-elaborados e bens de capital, para efeito de exportação), governadores e prefeitos, aliados ou oposicionistas fecham o cerco.

Os governadores e prefeitos, aliados e oposicionistas, pressionam simultaneamente o governo FHC e os parlamentares no Congresso Nacional para banir o confisco de 20% do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, em prol do Fundo de Estabilização Fiscal, exigindo, ainda o ressarcimento das perdas de receitas com a Lei Kandir.

Nascido na Cidade de Alegre/ES em 1º de janeiro de 1952, o Jornalista iniciou suas atividades profissionais em Cascavel, labutando no Jornal O

Paraná. Em 1986, transferiu-se para Curitiba, onde atuou nos mais importantes jornais, como O Estado do Paraná, Indústria e Comércio e Gazeta do Povo, para o qual prestava serviços ultimamente na condição de correspondente político.

Em suas últimas notas políticas, Liones Rocha anunciou com humildade a sua participação no livro "Paraná Político, de Cabo à Rabo", que estará sendo lançado amanhã aqui na Assembléia Legislativa pelo Jornalista Pedro Washington: "Tive uma modesta participação no livro e agradeço a Pedro pelas deferências. Sucesso!!!", escreveu o Jornalista poucas horas antes de falecer.

O Jornalista Liones Rocha deixa viúva a Senhora Alzira da Conceição Silva Rocha e a filha Angélica, de 16 anos. A sua morte entristece a todos nós, que estávamos acostumados a acompanhar as reflexões que fazia ao noticiar diariamente os fatos políticos locais e nacionais.

REQUERIMENTO Nº 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Liones Rocha, Jornalista correspondente do Jornal Gazeta do Povo, falecido em data de 06/06/1999.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de ontem vítima de pneumonia - 06 de junho, em Brasília, aos 47 anos o correspondente político do Jornal Gazeta do Povo, Liones Rocha, responsável pela coluna sobre os Parlamentares paranaenses, veiculada diariamente naquele jornal. Liones Rocha era conhecedor como poucos dos bastidores da política e estava sempre, incansável, em busca de informações precisas dentro da área que abraçou.

Liones Rocha nasceu em Alegre - Estado do Espírito Santo em 1º de janeiro de 1952 e mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro. Trabalhou como Técnico de Enfermagem, mas no nosso Estado ganhou fama como jornalista político. Iniciou sua carreira no Jornal O Paraná na Cidade de Cascavel e transferiu-se em 1996 para Curitiba, onde tornou-se correspondente do mesmo jornal. Foi também contratado pelo Jornal O Estado do Paraná e mais tarde Jornal Indústria & Comércio.

Em 1991 Liones fixou residência em Brasília, fazendo reportagens sobre os principais fatos políticos relacionados ao Paraná, que surgiam no Senado ou na Câmara dos Deputados. Foi contratado pelo Jornal Gazeta do Povo há 3 anos, assinando diariamente a coluna "Porões do Poder".

Liones Rocha, através de suas reportagens beneficiou em muito o nosso Paraná. Através de reportagens suas, foi iniciada uma campanha para a construção da estrada de ferro FERROESTE. Seu trabalho foi decisivo também para a extinção no Paraná do FEPPA, espécie de fundo que garantia a aposentadoria de parlamentares.

Profissional dos mais dedicados, sempre em busca de informações sobre o Estado do Paraná, ele conseguia dados preciosos da área política através de suas investigações aprofundadas. Era uma pessoa modesta, respeitada e que tinha, por estas características, bom trânsito como políticos de todo o Brasil. Sua ausência nos causa um pesar irreparável. A imprensa do País está de luto e nós, através deste Poder Legislativo, enviamos os votos de pesar à sua família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Ilgo Luiz Peruzzo de Santa Mônica, ocorrido dia 03/06/99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 39 anos de idade faleceu, em lamentável acidente de trânsito, o Vereador da Câmara Municipal de Santa Mônica, Ilgo Luiz Peruzzo, dia 03/06/99.

Ilgo Luiz deixou viúva Dona Maria Emília e 02 filhos: Hellen e Ilgo Luiz Peruzzo Junior.

O passamento do Vereador Ilgo Luiz Peruzzo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Ilgo Luiz Peruzzo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Ilgo Luiz Peruzzo e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor; abençoei a família do Vereador Ilgo Luiz Peruzzo, para que

continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Ilgo Luiz sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Peruzzo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Adão Plínio da Silva, que ocorreu em 01.06.99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 1º, com a idade de 73 anos o Senhor Adão Plínio da Silva, em lamentável acidente de trânsito.

Adão era viúvo de Dona Ruth, deixou três filhos, Roberto, Blanca Suzana e Oscar Fernando.

Gaúcho de nascimento, mas adotou o Paraná, Adão Plínio da Silva, foi atleta e treinador de futebol dos mais respeitados em todos os tempos, inclusive pela amizade que conquistou, especialmente no Coritiba F.C., onde foi atleta e treinador dos mais respeitados.

O passamento de Adão Plínio da Silva, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Adão Plínio da Silva.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Adão Plínio e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor; abençoei a família do Senhor Adão Plínio da Silva, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Adão Plínio sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Aragão de Mattos Leão Filho, (Médico, ex-Deputado Estadual e Deputado Federal), ocorrido do último dia 06 de junho/99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 06 de junho faleceu, o Dr. Aragão de Mattos Leão Filho que era médico, ex-Deputado Estadual e Federal.

Dr. Aragão era membro de tradicional família paranaense.

O passamento do Dr. Aragão de Mattos Leão Filho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo familiar de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua Alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sue Servo Aragão de Mattos Leão Filho.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Aragão e os eu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Aragão de Mattos Leão Filho para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz e merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Aragão sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mattos Leão, endereçando a ele voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Henrique Camargo Gândara, ocorrido nesta Capital em 04.06.99.

Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 43 anos de idade, faleceu nesta Capital dia 04 último, o Sr. Manoel Henrique Camargo Gândara, que era filho do funcionário inativo deste Poder, Dr. Manrique Gândara Filho.

O passamento de Manoel Henrique veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua Alma engrandecerá o Senhor que olhará apara a condição humana de seu Servo Manoel Henrique.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Manoel Henrique e seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Sr. Manoel Henrique para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz e merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Manoel Henrique sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em toda as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deste participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Camargo Gândara, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Gino Zeni, em Faxinal, PR., ocorrido na data de ontem.

Requer, ainda que do presente se de ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil, s/n, CEP 86840-000, em Faxinal, PR.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal Tribuna do Norte, de Apucarana, PR., alusivos a inauguração da nova e moderna sede, no Parque Industrial Norte, em Apucarana, PR.

Requer, ainda que do presente se de ciência ao Diretor Superintendente daquele jornal, Sr. Baltazar Eustáquio de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Zilda Seixas Amaral nº 4270, em Apucarana, PR.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Exmo. Sr. João Luis Manassés de Albuquerque, pela posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, ocorrida na data de ontem.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu, nº 830, CEP: 80530-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao CEXPAR - Instituto Centro do Comércio Exterior do Paraná, pela comemoração de seus 28 anos em data de 01 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O CEXPAR comemorou em data de 01 de junho de 1999 seus 28 anos de fundação. É sociedade sem fins lucrativos, fundada em 31 de maio de 1971.

Seu objetivo é promover e fomentar o Comércio Exterior no Estado do Paraná, reunindo todos os segmentos da sociedade interessados no mesmo e mantendo o intercâmbio direto com empresas, entidades, órgãos governamentais e outras instituições, levando e recebendo informações que possam auxiliar em todo e qualquer aspecto nas áreas de exportação e importação.

O CEXPAR está diretamente ligado à órgãos como a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Ministério das Relações Exteriores, Associação de Comércio Exterior do Brasil e Confederação Nacional da Indústria. São seus mantenedores: FIEP, ACP - Associação Comercial do Paraná, Federação do Comércio do Estado do Paraná, FAEP, COPEL e BANESTADO.

Buscando inovar, recentemente, a entidade procedeu uma reformulação em seu planejamento organizacional e hoje oferece: consultoria institucional, assessoria técnica, consultoria empresarial (orientando às empresas nas áreas jurídica, comercial e aduaneira), capacitação empresarial (oferecendo cursos gerenciais e de alta gerência, seminários e outros), talentos humanos (voltados para programas de trainers e cursos de extensão universitária),

atendimento às empresas no desenvolvimento de projetos para implantação de comércio eletrônico e uso da telemática em vídeo conferência e relações internacionais (desenvolvimento cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, na busca de oportunidades de negócios, missões empresariais, câmaras de comércio e atividades no MERCOSUL E ALCA).

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado, pela comemoração de seus 52 anos, em 02.06.1999.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Paraná, completa em 02.06.99, seus 52 anos de fundação. Fundado em 1947 e sediado inicialmente à Rua Ermelino de Leão, nº 513, próximo à Praça João Cândido o pavimento térreo abrigava o antigo Departamento das Municipalidades e o pavimento superior abrigava o Conselho Administrativo que mais tarde veio a ser substituído em suas incumbências pelo Tribunal de Contas.

Seu primeiro Presidente, Dr. Raul Vaz, assumiu aquela Corte, que foi fundada pelo então Governador Moysés Lupion e foi eleito para o cargo de Presidente por mais 15 vezes. O Regulamento do Tribunal de Contas foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 673 em 1947 e seguiu-se o estabelecimento de seu Regimento Interno, por intermédio do Ato nº 1, assinado pela sua primeira composição de Juízes. A eleição dos primeiro dirigente do Tribunal de Contas ocorreu em sessão extraordinária de 14 de julho de 1947, sendo então eleitos o Presidente Raul Vaz e vice-Presidente, Daniel Borges dos Reis.

As primeiras gestões exercidas pelos Presidente e vice-Presidente foram marcadas pela preocupação de se estabelecer o suporte necessário à sedimentação da Instituição como efetivo agente fiscalizador do erário. O Corpo Especial, foi criado em 1948 constituído inicialmente por dois cargos de auditor. Foram lançadas as primeiras instruções à fiel análise dos processos de tomadas de contas perante a Fazenda Estadual e baixadas igualmente as instruções para a organização e serviço das Delegações do Tribunal de Contas.

O início da década de 50 marcou a criação do Quadro Próprio do Tribunal de Contas. O atual Ministério Público do Estado junto ao Tribunal de Contas possuía à época, a figura do Procurador Fiscal, cuja composição nesse período, sofreu algumas modificações. Em 1959 alguns cargos foram trans-

formados, em decorrência do dinamismo e da evolução daquela Corte, acarretando a reestruturação do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo.

Na década de 60 importantes modificações ocorreram no Tribunal de Contas, quando foram criados o Quadro de Pessoal da Diretoria de Tomada de Contas e a Diretoria de Pessoal e Tesouraria. A Representação Fazendária passou a existir como Procuradoria da Fazenda junto ao Tribunal de Contas e compunha-se de sete procuradores. A organização e competência do Tribunal de Contas sofreram alterações e foi instituída a Corregedoria Geral do Tribunal de Contas. Em 1969 foi aprovado novo Regimento Interno, vigente até esta data.

A década de 70 foi marcada pela mudança no Tribunal de Contas, pois aquela Corte instalou-se em novo edifício sede, ao lado do Palácio Iguazu, no ano do Jubileu de Prata, inaugurado em 19 de dezembro de 1972 com a presença do Sr. Governador Parigot de Souza. Nesta década também ocorreu nova reestruturação do Tribunal de Contas e foram instituídas as Inspetorias de Controle Externo, para auditoria e fiscalização orçamentária e financeira dos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná, bem como para a fiscalização das Entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado pertencentes, exclusiva e majoritariamente ao Estado e aos Municípios do Paraná. O Tribunal também exteriorizou suas atividades, passando a realizar cursos e seminários para dirigentes de órgãos municipais e estaduais.

Já em 1982, sob a Presidência do Conselheiro José Isfer, foi iniciada a construção do prédio anexo do Tribunal de Contas, obra edificada em sete pavimentos que foi inaugurada no ano de 1987, sob a Presidência do Dr. João Olivir Gabardo, com a presença do então Governador João Elísio Ferraz de Campos. Ali, o Tribunal de Contas promoveu intensa reciclagem de seu corpo funcional e de seus usuários, em particular os afetos às municipalidades paranaenses. Foram ainda promovidos diversos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal do Corpo Instrutivo, para melhor qualificação no desempenho de suas funções. Em 1983, sediou o XII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

O início da década de 90 foi representada por um importante divisor de fases para aquela Corte, sob a presidência do Dr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira. Com o advento de significativas deliberações baixadas pelo egrégio Conselho, adequações expressivas fizeram-se sentir no que concerne às normas, às estruturas e aos procedimentos afetos às atividades desenvolvidas por aquela Corte de Contas. Em 1991, foi inaugurada a Capela do Tri-

bunal de Contas do Estado, com missa celebrada pelo Padre Gustavo. O Tribunal de Contas promoveu nesta década inúmeros seminários voltados à administração dos municípios, desenvolvendo uma série de esclarecimentos necessários para o pleno desenvolvimento das atividades de execução, fiscalização e controle do serviço público. Ainda nesta década, foi editado o primeiro "Sumário", veículo de comunicação do Tribunal de Contas e em 1995 foi inaugurada a rede de informática do Tribunal de Contas, em solenidade que contou com a presença dos chefes dos Três Poderes do Estado do Paraná.

Em 1996, o Tribunal de Contas assumiu com o Banco Mundial o compromisso de auditar mais um de seus Programas o "Paraná 12 Meses", envolvendo recursos de 400 milhões de dólares.

O Tribunal de Contas é hoje considerado um dos mais bem aparelhados do Brasil para controle e fiscalização dos recursos públicos. A realização dos convênios do intercâmbio técnico-científico com os mais importantes Tribunais de Contas da Europa e com países do MERCOSUL, a filiação a organismos internacionais de controle, bem como o apurado de treinamento de seus funcionários, possibilitaram ao TC/PR o acesso às técnicas mais modernas de controle, inspeção e auditoria aplicadas nos países mais desenvolvidos do mundo.

Por toda a sua história pela incomparável função que exerce aquela egrégia Corte, receba o Tribunal de Contas do Estado, na pessoa de seu atual Presidente, Quielse Crisóstomo da Silva, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná, pela passagem e comemoração de seus 52 anos de fundação.

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao Exmo. Sr. Cassio Taniguchi, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, pela inauguração da Unidade de Secagem e embalagem de plantas medicinais e Laboratório Fitoterápico da Fazenda Solidariedade da Fundação de Ação Social, ocorrido no dia 16 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Essa Unidade de secagem em embalagem de plantas medicinais e Laboratório Fitoterápico da Fazenda Solidariedade da Fundação de Ação Social que além de trazer inúmeros benefícios a saúde pública também criará oportunidade de emprego e rendas, reintegrando dependentes de álcool e drogas para o pleno exercício da cidadania.

O programa integrará o uso de fitoterápicos, como recurso terapêutico, nas unidades de saúde de Curitiba.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Prefeito Municipal de Curitiba, Exm^o Sr. Cassio Taniguchi, Av. Cândido de Abreu, nº 817, Centro Cívico, CEP 80530-908, Curitiba, PR.

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos membros da associação Linha Pagani, pela inauguração da Indústria de Água Ardente Pratinha, de Nova Prata do Iguaçu.

Requer ainda que da decisão da Casa, seja enviado expediente aos Srs. membros: Mário Karpinski, João Mascarelo e Agenor Mascarelo, sito: Linha Pagani, Alto Bela Vista-Prata do Iguaçu, PR.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores Mario Karpinski, João Mascarelo e Agenor Mascarelo, residentes na linha Pagani, comunidade de Bela Vista, Município de Nova Prata do Iguaçu, com o apoio técnico da EMATER, Prefeitura, COPEL e Assessorar, resolveram buscar novas alternativas que viabilizam às suas pequenas propriedades agrícolas. É público e notório as dificuldades vivenciadas na área rural, sobretudo pelo agricultor de subsistência. Descapitalizados, enfraquecidos já não encontram mais forças para continuar com as lidas do campo. E isso tem feito com que as cidades recebam todos os dias um grande número de agricultores, que abandonam suas atividades, porque não encontram meios de nela sobreviver dignamente.

Com os membros da Associação da linha Pagani, felizmente aconteceu diferente. Homens simples, que tem na agricultura a única profissão, vendo as coisas difíceis, foram atrás de outras alternativas. E após idas e vindas, resolveram construir uma fábrica de água ardente. Para isso, evidentemente tiveram o apoio de órgãos oficiais, lançaram-se na empreitada. Com tenacidade, visão e coragem, partiram da marca zero e com disposições no final do mês de maio passado, inauguraram uma bela sede, que servirá para a fábrica da Água Ardente Pratinha.

A nós, além do apoio que oferecemos, resta também a torcida para que a iniciativa desses agricultores seja coroada de pleno êxito e sucesso. São com decisões como esta, que será possível viabilizar a agricultura brasileira, principalmente, aquela que efetivamente precisa de incentivo, que é a agricul-

tura familiar. Por isso precisamos homenagear este quatro agricultores, pela coragem e discernimento que tiveram. Um belo exemplo a ser seguido.

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao Jornal "O Comércio", de União da Vitória, pela passagem dos seus 68 anos de fundação, em nome de seu Diretor Gilberto Brittes, e seu fundador, Senhor Hermínio Millis.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar este importante diário da Região Sul de nosso estado. Buscando sempre a verdade, imparcialidade e independência de informação, o Jornal "O Comércio" é importante meio de comunicação de toda a comunidade da região de União da Vitória.

O incansável trabalho do Diretor, Senhor Gilberto Brittes, que dá continuidade ao sonho idealizado pelo Senhor Hermínio Millis, seu fundador, faz com que na passagem de 68 anos de fundação do Jornal "O Comércio", possamos todos nós, como legítimos representantes da região sul do Paraná, comemoramos esta data e ter certeza que muitos outros anos de vida ainda estão por vir.

REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná (Rua José Loureiro, 211 - Cta) pela comemoração do Dia Mundial da Imprensa Livre.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemoramos hoje, 07 de junho, o Dia Mundial da Imprensa Livre. É uma data importante, especialmente no Brasil, pois a Imprensa Brasileira viveu, neste século, o patrulhamento da censura em dois longos períodos. De 1930 a 1945, durante a ditadura do Governo Vargas e de 1964 a 1985, com o Golpe Militar que derrubou o Presidente João Goulart.

Estes períodos foram tempos difíceis, principalmente para a imprensa escrita, mas o rádio, nos anos 30 e 40, e também a televisão durante o regime militar, tiveram suas programações, noticiários e informações devidamente censuradas, com grandes

prejuízos para os veículos de comunicação e para a sociedade.

Em meio às sombras, os profissionais da comunicação e outros segmentos que combatiam o regime de exceção, clamavam por liberdade de imprensa. Hoje, felizmente, apesar da fragilidade da nossa incipiente democracia, a censura não age mais sobre os veículos de comunicação. Este quadro permite que através da imprensa, nos dias de hoje, a sociedade tome ciência do que ocorre na política e na economia nacionais. Informações que naqueles tempos não chegavam até nós, hoje nos ajudam a formar juízo crítico sobre os fatos e sobre a própria imprensa.

Nesta data não se pode deixar de registrar que não sejam confundidos liberdade de imprensa com irreverência e abuso. Que não se pense jamais em censura, que é sempre nociva ao desenvolvimento da sociedade como um todo, mas que se pense sempre em liberdade que é algo que se conquista e implica em compromisso, respeito e responsabilidade com tudo o que se produz, se escreve, se mostra e se fala para o público. Afinal de contas, o leitor, o ouvinte e o telespectador não são simples consumidores, mas são antes e acima de tudo, cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa TELESOM (Curitiba/PR), pela iniciativa da doação de aparelhos de surdez a idosos.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Começou no domingo (30.05.99) a campanha de doação de aparelhos auditivos para pessoas com mais de 60 anos de idade, carentes de Curitiba e Região Metropolitana. O projeto, inédito no País, está sendo desenvolvido pela TELESOM, empresa especializada na venda de aparelhos auditivos, em uma parceria com a Universidade Tuiuti do Paraná e também o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual do Esporte e com apoio da Gazeta do Povo. No segundo semestre deste ano, a intenção é ampliar a campanha para o interior do Estado.

Os aparelhos contra surdez que ampliam o som e devolvem sua nitidez aos portadores de deficiências auditivas nem sempre são acessíveis a grande maioria das pessoas, pois custam entre R\$500,00 e R\$900,00 podendo chegar, em alguns casos a custar até R\$2.400,00. A idéia da doação dos aparelhos de surdez para idosos carentes partiu do relações públicas da TELESOM José Carlos Picone, partindo da grande quantidade de clientes que cos-

tumam trocar seus aparelhos por melhores ou mais modernos. Como a empresa não consegue vender os antigos com facilidade, lançou-se agora a "Campanha TELESOM Melhor Idade". A campanha iniciou com a doação aos idosos, mas dependendo do número de aparelhos a serem doados, poderá se estender para outras faixas etárias.

A campanha conta com o apoio da Universidade Tuiuti, que realizará os exames auditivos nas pessoas que passaram por triagem prévia após inscrição para receber a doação. A TELESOM receberá os aparelhos doados e irá consertá-los se for preciso.

Pela brilhante iniciativa, que demonstra o elevado espírito social com que se reveste a administração da Empresa TELESOM, receba os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de Congratulações ao Jornal Tribuna do Boqueirão (R.Dr. Simão Kossobuddski, 1286-Curitiba), pela comemoração de seu primeiro aniversário, em data de 10.06.99.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 10 de junho do corrente o Jornal "Tribuna do Boqueirão" estará comemorando 1 ano de atividades. O Jornal "Tribuna do Boqueirão", com certeza, tem muito a comemorar.

Fruto do trabalho incansável de uma equipe que trabalha unida e sempre atenta aos acontecimentos do bairro que hoje é um dos mais populosos e desenvolvidos da nossa capital, a "Tribuna do Boqueirão" nada deixa a desejar a nenhum periódico em circulação. O jornal traz sempre informações sobre acontecimentos daquele Bairro e da Capital que estão relacionados ao Boqueirão, além de valorizar sua população, seu comércio e serviços através de ampla divulgação. Ainda, traz matérias importantes na área de saúde, esportes, além de seção de classificados.

Pela comemoração de seu primeiro ano de atividade, que temos certeza, é o primeiro de muitos anos de sucesso, receba o Jornal "Tribuna do Boqueirão", através de seu Diretor Geral Derli Fernando Corrêa, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela passagem do seu 52º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento aos Senhores Conselheiros: Quielse Crisóstomo da Silva, João Feder e João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Corregedor daquela Corte de Contas, para que recebam e cumprimentem efusivamente todos os Senhores Conselheiros, Auditores, Procuradores Funcionários e colaboradores e em especial os ex-Conselheiros, em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Criado pelo Decreto-Lei nº 627 de 02 de junho de 1947, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comemora nesta data, seus 52 anos de existência.

O Voto de Congratulações e Aplausos se impõe, prestigiando aquele colendo Tribunal desde seu primeiro Presidente Dr. Raul Vaz, passando por Daniel Borges dos Reis, Brasil Pinheiro Machado, Antonio Ferreira Ruppel, Leônidas Hey de Oliveira, João Feder, Nacim Bacila Neto, Raul Viana, José Isfer, Cândido Manual Martins de Oliveira, Armando Queiroz de Moraes, João Olivir Gabardo, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Rafael Iatauro, Nestor Baptista, Artagão de Matos Leão, até o atual Presidente Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da Lei.

Devemos assinalar que a passagem do 52º aniversário do nosso Tribunal de Contas, é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, inclusive na esfera internacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem se constituído em modelar instituição para as outras unidades da Federação.

Nesta significativa data o poder Legislativo do Estado do Paraná, orgulha-se em associar-se às homenagens que merecidamente serão prestadas ao Tribunal de Contas no dia em que lhe é consagrado.

REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pelo tran-

scurso de seus 107 anos de emancipação política em 28.06.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Idevaldo Zardo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Vanderlei Antonio Valério, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam a toda a população de Clevelândia as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta Proposição prestamos a toda a população do Município de Clevelândia, por ocasião do transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, cremos ser das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza daquela região.

Cumprimentamos a comunidade clevelandense, principalmente a todos aqueles que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

Nesta oportunidade também prestamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que deram o melhor de seus esforços para o bem comum e o desenvolvimento cada vez mais acentuado do município.

Temos plena certeza que o trabalho em conjunto a união de forças são o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados ao longo desses 107 anos de emancipação politicamente organizada.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a toda a população trabalhadora e honesta de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no Município, bem como se houve autorização do Município para esta obra.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 km em território brasileiro, e passado

por 13 municípios do nosso Estado (230 km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no Município, bem como se houve autorização do Município para esta obra.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 km em território brasileiro, e passado por 13 municípios do nosso Estado (230 km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no Município, bem como se houve autorização do Município para esta obra.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 km em território brasileiro, e passado por 13 municípios do nosso Estado (230 km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no Município, bem como se houve autorização do Município para esta obra.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 km em território brasileiro, e passado por 13 municípios do nosso Estado (230 km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de impacto ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, solicitando informações se houve estudo de impacto ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a passagem do gasoduto no Município, bem como se houve autorização do Município para esta obra.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em obras a instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, que deverá passar por diversos Municípios do nosso Estado. Com uma extensão total de 2.590 km em território brasileiro, e passado por 13 municípios do nosso Estado (230 km), seu traçado passará por diversas propriedades.

Objetivando obter maiores informações a respeito da preservação do meio ambiente, estamos solicitando informações a respeito de estudos de

impacto ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município, referente à instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

REQUERIMENTO nº 1190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Sydney Dietrich Zappa, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando providências urgentes para a criação e instalação de Vara de Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do foro Extrajudicial, na Comarca de Francisco Beltrão, conforme pleito constante de documento anexo.

Requer, outrossim, seja encaminhado cópia deste requerimento à Associação das Câmaras Municipais do sudoeste do Paraná, à Rua Maranhão, nº 360, em Pato Branco-Pr.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1999.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com três Varas instaladas, sendo duas cíveis e uma criminal, a Comarca de Francisco Beltrão, enfrenta sérios problemas de acúmulo de processos, que atingem hoje a significativa soma de 6.751.

Conforme informações colhidas pela ACAM-SOP, 944 processos fazem parte da Vara Especializada que ora se postula.

A instalação dessa Vara Especializada é uma antiga e justa reivindicação da comunidade judiciária e da população como um todo, eis que virá facilitar e agilizar em muito a prestação jurisdicional.

REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Alberto Duque Portugal, Diretor Presidente da EMBRAPA, solicitando especial atenção nas reivindicações sobre as questões pendentes em negociação entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como forma de incentivo a continuidade do desenvolvimento da pesquisa agropecuária brasileira.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para Esplanada dos Ministérios Bloco D, 8º andar, CEP 70043-900, Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Francisco Sérgio Turra, Ministro de Estado da Agricultura, fazendo as reivindicações no sentido de que haja um posicionamento sobre as questões pendentes em negociação entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além da liberação de recursos financeiros, com vistas a recuperação de perdas salariais acumuladas no último ano, para que seja firmado um acordo coletivo de trabalho condizente entre as partes.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º andar, CEP 70043-900, Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando sejam informadas as razões do atraso nos repasses de recursos de convênios já firmados com as APAEs do Estado, bem como o porque da demora na assinatura de novos Convênios.

Requer ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, à rua Brigadeiro Franco, 3601, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É pública e notória a importância do trabalho desenvolvido pelas APAEs do Estado do Paraná, em favor dos excepcionais.

Evidente, também as dificuldades que enfrentam para manter esse meritório desempenho.

De acordo com informações que nos chegam, há muitos meses não estão sendo assinados novos convênios com APAEs e existe uma demora injustificável no repasse dos recursos relativos a convênios já firmados.

Com este pedido de informações, pretendemos nos informar sobre as reais razões desses problemas, objetivando uma tomada de posição em favor dessas Associações de relevante valor social.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 298/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Fortunato, com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro Fortunato, criada no dia 01 de Setembro de 1991, tem por objetivo identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores do Bairro Fortunato, para a resolução de seus problemas e, também congregar todos os moradores, sem distinção de religião, raça ou sexo.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 299/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Alto da Glória, com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) MAROS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Alto da Glória, criada no dia 02 de junho de 1991, tem por objetivo identificar, mobilizar, ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores do Bairro Alto da Glória, para a resolução dos problemas da comunidade representando-a junto aos Órgãos Oficiais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 300/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos "Fernando Noronha", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos Fernando de Noronha, fundada em 03 de maio de 1980, com o objetivo de congregar os moradores e amigos da comunidade, estimulando o espírito de solidariedade e representando-a nas suas reivindicações mais justas perante as autoridades constituídas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 301/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo proibido de realizar cortes no Orçamento do Estado, Exercício de 1999, em Programas da área social, destinados às crianças, idosos e aos deficientes físicos.

Art. 2º - O não cumprimento do disposto no artigo 1º, implicará em crime de responsabilidade do governador, dos Secretários de Estado e dos Servidores envolvidos nos cortes orçamentários, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Assistimos, com grande preocupação aos constantes anúncios de cortes no Orçamento da União, promovidos pelo Executivo Federal em programas voltados às crianças, idosos e deficientes físicos.

No momento em que o país atravessa uma séria crise em sua economia, o Poder Público deve priorizar exatamente o social, jamais subtrair verbas, a título de contenção de despesas, dessa área já tão pouco assistida.

Assim, para coibir qualquer decisão nesse sentido, apresentamos o presente projeto de lei, para cuja aprovação buscamos o necessário apoio de nossos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 302/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Colégio Brasileiro de Homeopatia "Constantine Hering PR", com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Brasileiro de Homeopatia "Constantine Hering-PR", é uma entidade de caráter doutrinário e pedagógico, sem fins lucrativos, instituído em 09 de março de 1990, com sede e foro em Curitiba/PR, à Rua Albino Silva nº 270- Bairro Bom Retiro.

Seus fins são formação de profissionais (médicos, veterinários, farmacêuticos e odontólogos), especialistas em homeopatia, promover pesquisas em homeopatia, programas de Educação, continuada, assistir à comunidade em seus consultórios médicos e prestar esclarecimentos e elucidar a população quanto a adequação do emprego da Homeopatia atender gratuitamente a população mais carente.

Está cadastrado junto ao Ministério da Fazenda com a inscrição no CGC nº 68.738.426/00011-80.

Sua diretoria não recebe qualquer remuneração, ou bonificação e faz parte do Conselho das Entidades Formadoras da Comissão científica da Associação Médica Homeopática Brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 303/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.405, de 30 de dezembro de 1998, que alterou para Escola Estadual

Loris Escorsin, a denominação de estabelecimento educacional de nossa Capital.

Parágrafo Único -Fica mantida a antiga denominação, Escola Estadual São Braz, daquela unidade escolar.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em atendimento a abaixo-assinado de moradores do Bairro São Braz, da nossa Capital, apresento a presente proposição que tem por objetivo revogar a Lei de minha autoria de nº 12.405, de 30 de dezembro de 1998, que alterou a denominação de estabelecimento de ensino de nossa Capital para Escola Estadual Loris Escorsin, mantendo com isso a antiga nomenclatura de Escola Estadual São Braz.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 304/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina de Rodovia "Ozório Alves de Oliveira", a PR-471 entre o trevo da BR-277 até a cidade de Catanduvas-PR.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ozório Alves de Oliveira, foi um dos primeiros desbravadores do Sudoeste do Paraná. Chegou em solo Paranaense nos idos de 1920. Naquela época, praticamente não existia habitantes. A mata apresentava um grande desafio aos poucos que se arriscavam a enfren- tá-la.

Seu Ozório, como era chamado, largou a comodidade onde vivia em Santa Catarina, para construir um novo futuro num lugar desconhecido e selvagem. Com a família, abriu uma clareira na mata, primeiramente em Chopinzinho e mais tarde no Município e São João, onde ficou até a morte chegar.

Homem de visão, era respeitado por sua conduta honesta e pacífica. Tronco de uma numerosa família o nosso homenageado, soube grangear, respeito e amizades. Através da luta de pessoas, iguais ao Senhor Ozório, Alves de Oliveira, que o

Paraná se desenvolveu e tornou-se um Estado respeitado e progressista. É preciso reverenciar os vultos do passado, até para que sirvam de exemplo, para as gerações atuais, também terem fé e crença de que com trabalho, destemor e perseverança é possível superar as dificuldades e evoluir.

Não obstante os méritos próprios, ainda dá para oferecer como justificativa o fato de que vários membros oriundos da família daquele pioneiro, se destacaram na vida pública paranaense e especialmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado.

Em Catanduvas diversos netos seus, foram vereadores e prefeitos. Em outras cidades outros netos, bisnetos, e demais parentes, também exerceram cargos importantes de representação popular. Sem dizer que o proponente deste projeto de lei é neto do homenageado. Por tudo isso entendo que este Poder Legislativo, deve acolher esta proposição, aprovando-a, fazendo assim, justiça a uma pessoa, que foi importante num determinado período da vida paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 305/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Espírita "Fé, Amor e Caridade", com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 02 de janeiro de 1.995, o centro Espírita "Fé, Amor e Caridade", tem realizado magníficos trabalhos em prol da comunidade de Paranavaí e região, praticando, além da assistência espiritual e social, o ensino da Doutrina Espírita às crianças, jovens e adultos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 306/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado que o Sistema Oficial de Ensino do Paraná, passe a contar, em seu currículo, com a disciplina Educação em Valores Humanos.

§ 1º - Esta iniciativa visa prevenir e buscar soluções para os casos de violência que vêm ocorrendo em escolas paranaenses.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação tomará as providências necessárias para efetuar a adequação curricular, a que se refere o artigo anterior, devendo a disciplina Educação em Valores Humanos ser ministrada a partir do início do ano letivo de 2.000.

§ 1º - A inclusão da disciplina Educação em Valores Humanos no currículo escolar não implicará em ônus, já que os professores pertencentes ao quadro de Magistério do Governo do Estado serão treinados por outros professores do mesmo quadro que possuem condições para isso (com formação em Filosofia)

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Apesar de boa a intenção, a revista escolar não dará conta do problema da violência que vem alcançando nossas escolas e aumentando de forma assustadora. O ato de revistar o aluno, pode apresentar resultados num curto espaço de tempo, mas infelizmente estará transferido a violência da escola para o caminho entre ela e a casa do aluno ou então, substituir a arma por outros objetos escolares que podem se transformar em armas. Outras medidas se fazem necessárias, antes que lápis, canetas, carteiras escolares e outros objetos também se transformem em armas para matar, quando deveriam ser apenas instrumentos de aprendizagem para a vida.

Somente ações de alcance social dentro e fora da escola, visando resgatar a cidadania de todos, poderão apresentar soluções para este grave problema de violência. Ainda, a ação física é apenas uma das muitas formas de violência observadas, mas ela pode estar também em atitudes, exemplos, pensamentos, preconceitos verbalizados ou não. Estes atos, ferem e matam tanto quando o tiro, a facada, o chute, o soco ou as drogas. É a violência psicológica, que tornam nossos filhos psicologicamente incapazes de exercitarem a plena cidadania e a solidariedade, fundamentais para a aprendizagem e para uma vida digna.

Se não procurarmos despertar em nossas crianças e jovens valores humanos, medidas como a revista escolar e outras do gênero terão apenas impacto imediato e podem acabar também gerando problemas como por exemplo o preconceito da escola particular contra a escola pública.

O Dalai Lama, em visita à nossa Capital, já havia feito um alerta de que a paz não se faz apenas com a redução de armas - é necessário trabalhar o ódio, a raiva e a indiferença que se instalam no coração das pessoas quando os valores humanos não são adequadamente despertados.

Por estas razões, e por contar o Paraná com profissionais capacitados e em treinamento para uso desta metodologia de ensino que já é aplicada em países do primeiro mundo com excelentes resultados, propomos que o Paraná, que conta inclusive com espaço privilegiado para a educação de educandos - Faxinal do Céu, seja o Estado pioneiro na implantação da disciplina Educação em Valores Humanos - uma estratégia capaz de mudar comportamentos de risco porque alcança a razão e o coração de todos.

PROJETO DE LEI Nº 307/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao artigo 1º, da lei nº 11.722, fica acrescentado parágrafo 2º, renumerando o parágrafo único, com a seguinte redação:

“§ 2º - As Instituições Hospitalares Privadas com e sem fins lucrativos contratadas/conveniadas ao Sistema Único de Saúde, receberão o benefício de que trata este artigo, proporcionalmente ao percentual de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde.”

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal determina que a saúde é um direito da população e um dever do Estado.

O Sistema Único de Saúde, tem encontrado, nos Hospitais Públicos mantidos pelas Instituições de Ensino Superior, um extraordinário parceiro com expressivas contribuições para a comunidade, por isso a necessidade do disposto na Lei nº 11.722, de 21 de maio de 1997.

No entanto, as Instituições Hospitalares Privadas contratadas/conveniadas com o Sistema Único de Saúde, em especial às Santas Casas de Misericórdia, entre outras que se enquadram na categoria de Utilidade Pública, passam por gravíssima situação financeira, gerada por vários fatores que assolam a infra-estrutura hospitalar de todo o país.

Esta crise vem comprometendo a produção e a qualidade da assistência prestada à população, o que representa risco à vida dos pacientes atendidos.

O presente projeto de lei visa acrescentar à Lei nº 11.722 o custeio das taxas de consumo de energia elétrica e de água por parte do Poder Executivo para Instituições Hospitalares Privadas com e sem fins lucrativos contratadas/conveniadas ao SUS, proporcionalmente ao percentual de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde

Desta forma o Poder Executivo dará sua contribuição, a exemplo do que já fazem outros estados, na manutenção dos serviços prestados destas entidades e, para que esses benefícios sejam assegurados de forma, contamos com o apoio dos nobres Deputados desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 308/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina de “Gabriel de Moura”, a PR-180 no trecho entre a Cidade de Marmeleiro e a divisa com o Estado de Santa Catarina, no Município de Campo Erê.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Gabriel de Moura, chegou muito cedo para residir em Campo Erê, Santa Catarina, exatamente na década de 1930. Tudo era mata. O progresso não existia e foi preciso coragem e determinação para ajudar na consolidação da nova terra. Após um período residindo no Estado “Barriga Verde”, Gabriel de Moura, um gaúcho vindo do Município de São Francisco de Paula, fixou residência inicialmente em Marmeleiro e posteriormente em Renascença, onde morou até a morte chegar.

Homem simples e trabalhador, foi um pioneiro que acreditou no Sudoeste e se esforçou para pacificamente desbravar a selva íngreme e colaborar no desenvolvimento sustentado da região.

É justo prestar homenagem à pessoa que acreditaram no Paraná, principalmente em épocas difíceis, como aquelas quando o nosso Estado começou a sua integração. Não fosse o esmero, a determinação dos nossos pioneiros, com certeza, o Paraná, não teria hoje a força que ostenta.

Por outro lado há que se acrescentar que a presente proposta, visa homenagear uma pessoa, tronco de uma numerosa família, que tem entre os seus descendentes figuras de expressão no cenário político regional e paranaense, sem falar da trajetória de alguns de seus familiares que prestaram

relevantes serviços à população, sobretudo àqueles menos protegidos pela sorte, Por isso que torna-se imperiosa a aprovação da proposta de denominação da PR-180 entre Marmeleiro e Campo Erê de rodovia Gabriel de Moura.

PROJETO DE LEI Nº 309/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Especializada "Arco-Íris", com sede e foro no Município de Lindoeste.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.
(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 310/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" com sede e foro no Município de Paulo Frontin.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.99.
(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, em meu nome pessoal e tenho certeza também da Bancada do PMDB, dos demais Parlamentares desta Casa nos solidarizar com Vossa Excelência pelo ato anunciado nesse momento, que decreta luto oficial por três dias, em decorrência do falecimento do ex-Deputado Estadual, Federal, Aragão de Matos Leão Filho.

Quero, em meu nome e dos nobres companheiros, manifestar os mais profundos sentimentos, porque tivemos o privilégio de ter Aragão de Matos Leão Filho, como nosso companheiro partidário nas eleições de 82, de 86, quando o mesmo disputou e se elegeu à Câmara Federal, em

eleições realizadas pelo Estado do Paraná. E, naquela oportunidade, tivemos nós o privilégio de ser inclusive, em alguns municípios, o companheiro de dobrada eleitoral. Por essa razão, manifestamos aqui de imediato o nosso mais profundo sentimento pelo falecimento do companheiro Aragão de Matos Leão Filho, irmão do nosso também ex-Deputado Estadual, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, Artagão de Matos Leão.

Nessa mesma linha, quero manifestar o nosso profundo sentimento pela morte do jornalista Liones Rocha, ocorrido também no dia de ontem na Capital Federal, Brasília. O Liones, esteve nesta Casa em muitas oportunidades, foi na Assembléia Legislativa o representante do Jornal "O Paraná", de Cascavel, posteriormente do Jornal "Indústria e Comércio" e de outros Jornais aqui do Estado do Paraná. E, recentemente, atuava ele em Brasília como jornalista político e assinava diariamente Artigo no Jornal "Gazeta do Povo", com o título: "Os Porões do Poder".

E o Liones Rocha para nós tem um significado especial, porque foi o primeiro jornalista que fez conosco a 1ª entrevista que concedemos como Deputado Estadual, ainda no mês de novembro de 1982, quando no episódio das eleições especiais de Corbélia estivemos para acompanhar de perto, e concedemos a ele uma entrevista, já como Deputado Estadual eleito pelo nosso Partido PMDB. Então, ao Leones Rocha e ao seus familiares também, transmito em meu nome, em nome do nosso Partido o PMDB, os sentimentos pelo seu falecimento.

Mas, Senhor Presidente, estamos vindo a essa tribuna na tarde de hoje, para dizer da satisfação que tivemos de poder mais uma vez ter participado, na condição de Assembléia Legislativa do Paraná, Bloco Parlamentar Agropecuário, Comissão de Agricultura, mas em especial como Assembléia Legislativa, de termos participado da "EXPOUTONO 99". Um assunto que é da maior importância porque traz a todos nós a possibilidade de conhecermos o potencial Agropecuário e Industrial do Estado do Paraná. E a EXPOUTONO, organizada pela Federação Paranaense de Associações de Criadores, a FEPAC em parceria com a Secretaria da Agricultura, com a EMATER, teve também neste ano, pela 3ª vez consecutiva o apoio e a participação da Assembléia Legislativa do Estado do Estado, que fez acontecer, aqui, em suas dependências, o Café da Manhã de lançamento oficial desta Feira Exposição Agropecuária a EXPOUTONO, e que dela participou ativamente com a liberação inclusive de recursos materiais para que houvesse a possibilidade efetiva da realização da EXPOUTONO. Que aconteceu nas dependências do Parque Castelo Branco no Município de Pinhais, nos dias 3 a 6 deste mês de junho. Registrar, inclusive, a satis-

fação manifestada pelos organizadores do evento, pela presença de público apesar do frio que assolou Curitiba, Região Metropolitana e todo o Paraná neste período. Mas, também, a presença de expositores e a presença de autoridades constituídas, entre elas, o nosso Secretário de Agricultura, o Presidente da EMATER e, também, o nosso Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Anibal Khury, que em dois dias, em duas oportunidades lá esteve acompanhando a realização da EXPOUTONO que atingiu, apesar de todo este frio, apesar de todas as dificuldades os objetivos pelos quais ela foi organizada.

Era isso que queríamos dizer, da satisfação que tivemos de mais uma vez participar da organização da EXPOUTONO e de podermos, mais uma vez, contar com o apoio decisivo do Presidente Anibal Khury neste evento. Já que em épocas passadas, não só ele mas também o Deputado Hermas Brandão como Secretário da Agricultura, muito estimulou a realização da EXPOUTONO e todas as portas abriram para que não só o Governo Estadual mas também a Assembléia Legislativa, através do Bloco Agropecuário que nós presidimos, pudesse participar e possa continuar de outros eventos.

Era isso, muito obrigado.

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença entre nós de dois dirigentes do SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário. Temos a presença do Antônio Maciel Machado que é Diretor Nacional de Ciência e Tecnologia e a presença do Dr. Arnaldo José de Conto, Presidente da Seção Sindical do Centro de Floresta da EMBRAPA. E consulto Vossa Excelência da possibilidade de conceder a eles, num período de até 10 minutos, para que eles possam manifestar a este Plenário a preocupação que tem o SINPAF com relação à pesquisa agropecuária em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito de Ipirorã Nadir Bigati.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Maciel Machado, Diretor Nacional de Ciência e Tecnologia.

O SR. ANTONIO MACIEL MACHADO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, represento o SINPAF que é o Sindicato Nacional de Pesquisa Agropecuária. Na realidade a gente está passando um período que é o nosso período de data base. Nós representamos a EMBRAPA, mais a CODEVASP, mais algumas empresas estaduais de pesquisa. Então a gente está aproveitando esse momento para fazer um trabalho junto à sociedade para mostrar a

importância de pesquisa agropecuária e florestal no país.

Aqui no Paraná temos dois grandes centros de pesquisa, que é o Centro de Floresta que é situado em Colombo e o Centro de Soja que é situado em Londrina. No nosso caso de Curitiba, para se ter uma idéia, para cada dólar investido na pesquisa florestal do Centro de Floresta, temos um retorno para a sociedade, que varia de 30 a 50% dependendo da tecnologia que a gente tem. Essa é uma atividade de pesquisa que é muito importante e a gente aproveita o dissídio para mostrar para a sociedade essa importância.

Lá em Brasília, na semana passada, fizemos um movimento. Distribuímos dez toneladas de feijão através do Sindicato e esse feijão representa a importância da pesquisa agropecuária. Aqui no Paraná na quinta-feira, fizemos um manifesto curioso. Em assembléia, os pesquisadores e empregados da EMBRAPA, decidiram por trabalhar no Dia de Corpus Christi e houve a doação desse dia de trabalho para sensibilizar a sociedade de importância da pesquisa florestal. Nesse dia de trabalho, fizemos a construção de uma casa popular, de uma casa de madeira com madeira de pesquisa de árvores, dos experimentos nossos e essa casa está sendo doada para uma senhora, uma pessoa da comunidade do município de Colombo e essa casa está sendo doada, simbolizando a importância da pesquisa florestal.

Vou passar para os senhores uma carta aberta à população e a gente gostaria que o Presidente desta Casa, junto com a Bancada voltada à agricultura e demais Deputados que pudessem se engajar com a gente, que encaminhassem uma carta ao Dr. Turra, Ministro da Agricultura e à Diretoria da EMBRAPA, na pessoa do Dr. Alberto Portugal, no sentido de que haja um posicionamento nas questões que estão pendentes na negociação coletiva com os empregados da EMBRAPA. Existe uma série de questões que estão pendentes e o Governo está com uma certa morosidade nessa negociação e isso está impedindo que a gente possa ter um momento de desenvolvimento das atividades normais que temos no nosso Centro de Pesquisa.

Vou encaminhar, através do Deputado Pesutti, essa carta, para que os senhores tenham conhecimento das reivindicações que fazemos e pedimos que esta Casa encaminhe esta carta ao Sr. Ministro da Agricultura, com cópia para o Sr. Presidente da EMBRAPA.

É o que tenho a falar. Agradeço este espaço que esta Casa está dando aos empregados da EMBRAPA e convido a todos os Deputados que estão aqui no Plenário que, se puderam, vão visitar a EMBRAPA, para conhecerem o que se dá dentro de um órgão de pesquisa, o que temos hoje em dis-

ponibilidade para a sociedade em termos de conhecimento e tecnologias florestais.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nós é que agradecemos.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Baratter no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Quinta-feira da semana passada, na cidade de Pato Branco, presenciamos uma grande festa cívica, na filiação do Deputado Zucchi ao PSDB. Num determinado momento, um dos oradores disse o seguinte, que a UNESCO, na última década, aprovou três projetos na área da agricultura como modelo para o mundo e um desses projetos é do Estado do Paraná. E um dos responsáveis por aquele projeto tinha sido o então técnico da EMATER, o Zucchi.

Neste momento, pela primeira vez na minha vida ouvi este cidadão, que estava se pronunciando, chorar. Era o Senador Osmar Dias. Osmar Dias disse que por um dever ético, ele não teve condições de fazer um convite para que o Zucchi viesse ao PSDB, porque ele não tinha condições, em função de como ele conhecia, e do trabalho que o Zucchi desenvolveu como técnico da EMATER, quando o Osmar Dias foi Secretário da Agricultura, ele não tinha o direito de procurar encaminhar os passos do Deputado, mas que naquele dia ele se sentia extremamente feliz e gratificado porque o Deputado Zucchi estava se filiando ao PSDB.

Realmente foi uma grande festa cívica, Sr. Presidente, quase uma centena de vereadores filiaram-se ao PSDB; dezenas de ex-Vereadores, filiaram-se naquele dia, 5 Prefeitos, 10 ex-Prefeitos, e tem mais um número expressivo de prefeitos e Vereadores que até o final do mês irão vir ao PSDB, juntos com a liderança do Deputado Zucchi.

Também quero neste momento lembrar a grandiosidade que teve o Deputado Luiz Fernandes Litro, junto com o Deputado Zucchi, em organizar a região sudoeste, em discutir com as suas bases e depois de uma longa discussão, depois de um grande entendimento foi possível a vinda para o PSDB, do Deputado Zucchi.

Faço uso desta tribuna Zucchi, para dizer da nossa felicidade em tê-lo agora como um companheiro de Partido.

A nossa satisfação é extremamente grande, seja bem-vindo, e com certeza absoluta, você irá engrandecer o nosso PSDB.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Sr. Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a tribuna hoje é o fato de que, há poucos dias, pegamos lá em casa a lista telefônica, Deputado Alborghetti, lá na minha casa, lá de Medianeira, e constava lá cobrança de serviços de terceiros, 27 reais, 47 reais, disque-amizade, disque-love, umas coisas assim e imediatamente a minha esposa, solicitou, ligou à TELEPAR, para informar que lá em casa ninguém usa esse serviço, e que aí sim a TELEPAR falou: vamos cobrar essa fatura da mesma forma, vamos fazer um rastreamento daqui a 60 dias daremos retorno à questão de vocês.

Fiquei perplexo porque o serviço que presta a telefonia, vai fazer o rastreamento para ver se efetivamente se fez a ligação telefônica, quer dizer, tinha que ser um outro setor, um outro departamento que faria esse rastreamento. Mas tudo bem, vamos acreditar na proposta da empresa.

Contudo, me parecia que eu era o único. Ontem, à noite, no Programa "Fantástico" apareceu caso de São Paulo, em que empresas criam serviços, fazem um contrato com a empresa de telefonia, informa à empresa da telefonia que o usuários tal, fulano de tal, cobre tanto, 93% para a empresa, 7% para a empresa de telefonia.

Viajando, ontem à noite para cá, num ônibus, puxei essa conversa e pasmem os senhores, as pessoas que estavam ao meu redor todas elas tiveram cobrança desse nível, não fizeram ligação nenhuma, pessoas idosas e aparece cobrança na lista telefônica.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais abriu, tempos atrás, uma CPI, uma Comissão, não sei se é exatamente uma CPI, mas, abriram uma Comissão para exatamente investigar os casos em que havia o sistema de telefonia local, um sistema em que propiciava várias pessoas a fazerem ligações e ali terem chance de trocarem casais, informações libidinosas e até prostituição infantil. A Assembléia desencadeou uma campanha mostrando o fato de que uma empresa, sob o controle público, sob concessão pública, estava de certa forma facilitando a proliferação desse tipo de prática. Imediatamente a empresa telefônica de Minas Gerais cortou os serviços desta natureza.

O que está acontecendo aqui no Paraná? Após esse processo, várias pessoas, após a privatização, várias pessoas passaram a receber contas em casa. O que acontece? Ao fazer o rastreamento, muitas vezes a empresa chega e devolve o dinheiro, efetivamente, para a pessoa, para o proprietário do telefone. Nesse tempo, contudo, a empresa, você imagine se você pegar 40 reais meus, cinquenta de outro, 20 de outro, fica com o dinheiro e rende juros. Obviamente, uma empresa dessa só pode sobreviver às custas de juros, é evidente, porque vai ter

que devolver o dinheiro depois do rastreamento, a informação, corre o processo burocrático, devolve o dinheiro depois de 60 dias. Nesse período, você imagine se ele tiver uma gama de 50 mil assinantes que emprestam os seus 40 reais para eles ficarem 60 dias, com o juro eu toco a minha empresa tranqüilamente. Quer dizer, é um negócio da “China”, um negócio perfeito.

Então, subo a esta tribuna, até pedi para os Deputados comunicadores de rádio, que efetivamente não temos o poder como o Deputado Estadual, quem sabe, de fazer uma intervenção mais direta nesses casos em que não sabemos que esses serviços telefônicos, primeiro, estimulam a prostituição, e sobretudo a exploração sexual infantil. E segundo, cobranças indevidas, as pessoas estão sendo lesadas, efetivamente, e não temos um mecanismo de proteção ao consumidor, porque o rastreamento e a confirmação da telefonia é feito pelo próprio sistema, pela própria empresa de telefonia. Então, isso é uma vergonha que isso aconteça no Estado do Paraná, não podemos permitir que isso aconteça tem que ser denunciado. Solicitaria aqui encarecidamente aos Deputados comunicadores, o Alborghetti, o Algaci Tulio, o Ricardo Chab e outros Deputados que não me ocorrem no momento, que alertassem a população no sentido de verificar as contas telefônicas. É o primeiro passo. E exigir com representação por escrito no PROCON (Delegacia de Defesa do Consumidor) e à própria empresa TELEPAR para que fosse ressarcido, não só os valores cobrados a mais, mas também os juros, e quem sabe juridicamente, pensando aí, quem sabe, danos morais, isso e aquilo. Porque você imagine, a pessoa está tranqüila em casa, tem que fazer um ofício, ir atrás, isso demora tempo, perde tempo, podia ser aproveitado em outra atividade e apenas lhe é repassado o valor que foi cobrado a mais na conta telefônica.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, estamos encaminhando na Casa no dia de hoje, Senhor Presidente, o pedido de informações à secretaria de Educação, especialmente para a direção do ensino especial, para o qual pedimos a concordância da Liderança do Governo no sentido de esclarecer, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, as razões que estamos desconsiderando os convênios com as APAEs no Estado do Paraná.

Olha, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, venho de uma região do interior, crescido no interior, testemunhando fatos ocorridos anterior-

mente lamentáveis do ponto de vista humano. Conheci famílias, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que escondiam os seus próprios filhos, muitos fechados quase como animais por serem portadores de deficiências em razão do des-caso, do despreparo, da falta de apoio, da inexistência de uma entidade, ou de um órgão, ou de pessoas habilitadas que pudessem apoiar a iniciativa de conduzir e desenvolver a intelectualidade do excepcional; Eis que surge forte no Estado do Paraná nos últimos anos, nas últimas décadas talvez, o movimento da APAE. E esse movimento apoiado pelas comunidades, pelos pais de excepcionais, pelas igrejas, pelas pessoas de boa vontade, começa a tomar corpo no nosso Estado. E hoje, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, para a nossa alegria, para a nossa satisfação, podemos perceber de em cada cidade do Paraná existe lá uma escola da APAE, professores preparados para ensinar os excepcionais do Estado do Paraná. E grandes avanços têm se conseguido. Tenho ficado muitas vezes emocionado por ver crianças com sérias dificuldades apresentando teatros, recitações, cantos, brincadeiras, e dessa forma desenvolvendo a sua capacidade intelectual. No entanto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, parece que estamos sendo consumidos pela cidade grande pelas facilidades que existem no dia-a-dia, pelas propagandas, estamos esquecendo um lado excepcional do trabalho do Poder Público e da sociedade. E estamos pondo em risco a sobrevivência de muitas APAEs no nosso Paraná.

Veja bem, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, há meses tem sido assinado doze convênios em APAEs e a Secretaria de Ensino Especial, esses convênios foram assinados pelas APAEs, não foram assinados pela Secretaria. as informações de que setenta novas APAEs solicitam convênios nesse ano com a Secretaria e até agora não se tem solução nenhuma. Os repasses de recurso não tem acontecido para a manutenção das escolas de APAEs. O pequeno caixa que cada escola tem, feito através de promoções da sociedade de rifas, de jantares, de atividades que possa representar qualquer recurso para a caixa de uma APAE, tem sido gasto sistematicamente para poder manter o funcionamento da escola.

Achamos que talvez um cutucão desta Casa, uma demonstração de que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representada por Parlamentares de todos os Municípios do nosso Estado, de todas as regiões do nosso Estado, preocupada com esse assunto, questione a Secretaria para que ela não deixe passar em branco tão importante segmento de apoio às crianças, a jovens do nosso Estado. Eles não têm a capacidade de mobilização como outros segmentos têm, eles não sabem, eles sabem sorrir e

abraçar as pessoas que chegam nas escolas de excepcionais. E não é possível que por um punhado de recursos públicos venhamos deixar passar em dificuldades essas entidades que tanto tem ajudado desinteressadamente o excepcional do Estado do Paraná.

Fica aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, essa solicitação, sem crítica, mas apelativa, para que a Assembléia Legislativa, em todas as conotações partidárias assuma essa bandeira, junto com a APAE - seja mais um apaixonado pelos movimentos da APAE -, para que possamos mostrar trabalho, em favor daqueles que precisem de que agradeçamos a Deus, através do apoio dado a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao mais novo Cidadão Honorário de Londrina, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiro para concordar com o Deputado Orlando Pessuti, perdi ontem um grande amigo, o jornalista Liones Rocha. Perdi um amigo, porque quando estava em Curitiba, ele estava sempre comigo conversando no meu gabinete, horas e horas e, às vezes, ele me perguntava: como você aguenta realizar esse trabalho de ação social, dentro dessa Casa. Falava que aguentava, como aguentam todos os Senhores Deputados que aqui estão. Quero mandar um beijo na alma do Deputado Liones Rocha. E quero, se possível for assinar um requerimento com o Deputado Orlando Pessuti. Sei que esse requerimento não significa nada, mas significaria, sim, pelo menos um reconhecimento desse Parlamento a esse jornalista que prestou grandes serviços à melhor imprensa do Brasil, que está no Estado do Paraná.

Segundo, quero parabenizar mais uma vez o Deputado Irineu Colombo - sou um apaixonado por suas idéias. Hoje mantenho dois programas de televisão, um à tarde para Curitiba, Região Metropolitana e parábolicas e um, à noite, das 07:30 às 08:30 para todo o Brasil. Algumas vezes, num desses programas, em Rede Nacional, citei o nome do Deputado Irineu Colombo, na sua luta no Paraná, pelo combate à prostituição mercantilista e infantil.

Quero dizer a Vossa Excelência, que tenho recebido no meu gabinete, na televisão, denúncias gravíssimas contra o disque-amizade. Se não me falha a memória, 145, aqui, no Paraná. Liguei para esse telefone, Deputado Irineu, abobalhado, estarecido, com aquilo que ouvi de obscenidades e de pornografias. O que ouvi nesse telefone foi uma afronta contra a moral e os princípios da família brasileira do Estado do Paraná. Caberia uma ação

do Ministério Público, do Poder Judiciário, que é soberano, porque sem o Poder Judiciário perderemos as asas das nossas liberdades constitucionais. Caberia uma medida urgente dessa Casa, porque somos aqui 53 Deputados e uma Senhora Deputada.

Todos aqui têm filhos - imaginem os Senhores, se um filho seu, Deputados Waldyr Pugliesi e Valdir Rossoni. Deputado Valdir, o senhor que tem as suas filhas adultas, tenho também, tenho os meus netos. Imagine o meu neto ligando para este telefone e ouvindo ali coisas que nem em cinema se ouve, Deputado Irineu Colombo, nem em filmes pornográficos se ouve!

Realmente Vossa Excelência trouxe um problema a esta Casa que fere os princípios constitucionais das nossas filhas, dos nossos filhos, este Disque Amizade é o mesmo que rasgar a Constituição Brasileira na cara dos nossos filhos e dos nossos netos. Somos como Vossa Senhoria e vou preparar um debate, em rede nacional, para que possamos nós, sem partido político, porque não é o PT que faz Vossa Excelência. Vossa Excelência é que faz o partido, e realmente conte com o apoio, não só meu mas do Deputado Algaci que é comunicador, do Deputado Carlos Simões, do Deputado Ricardo Chab, que são comunicadores e de tantos outros que possuem aqui programas de rádio, que têm objetivo na sua profissão de jornalista ou de radiologista, de informar e alertar a família brasileira.

É a mesma coisa, Deputado Irineu, este projeto de desarmamento no País, estou apavorado, se desarma a família honesta, decente deste País e os bandidos vão continuar armados!

Neste final de semana uma ilustre advogada da capital foi assassinada na porta de seu apartamento, ela não tinha arma mas o assassino estava armado! Digo mais, o desarmamento que é um projeto do Presidente da República, acredito que este projeto para mim é uma balela, é para tampar o sol com a peneira. É para que a população brasileira esqueça o salário de miséria que ganha o aposentado, o trabalhador, é para enganar o sistema de Saúde, deste País, que está falido, é para enganar porque falta merenda escolar nas nossas escolas, é para enganar, como disse o Deputado Caíto Quintana, a falta de verbas para as escolas que educam as nossas crianças

excepcionais, é para enganar a falta de Educação, neste País! Desarmamento! Nós temos que pensar é em reconstruir este País, encaminhá-lo para sempre! Desarmar o País não é o caminho certo, o caminho certo, Deputado Irineu, é colocar um policial em cada quadra, uma viatura em cada quadra, um policial motorizado em cada quadra, um módulo policial em cada esquina, educados, bem pagos, para orientar a família brasileira!

Abre este projeto do Presidente Fernando Henrique duas lacunas, Deputado Irineu Colombo, primeira a corrupção, que vamos ter, o cidadão vai ser preso, a fiança dele custa 200 mil, aí vai haver o acerto. e a segunda, o contrabando, porque se V.Exa. for comigo e esta Casa nomear uma Comissão, nós vamos ao Paraguai e trazemos quantas armas necessárias forem para continuar a violência nos morros, nas favelas, em tudo quanto é lugar.

Acaba de ser preso, neste exato momento, um dos maiores ladrões de bancos do Brasil, ele veio ao Paraná e com a maior ousadia, Deputado Marcos Isfer, ele disse à minha equipe de reportagem: - "Vim de São Paulo, com um grande armamento, para explodir o Paraná." Já estava até com mapa para fazer, só na capital do Paraná, mais de 15 assaltos a bancos, depois iria se dirigir para Londrina, Cascavel barbarizar o nosso Estado. Bandido aqui no Paraná não se cria.

Temos aqui uma grande polícia; seja ela civil, militar, um Poder Judiciário sério, um Ministério Público sério, Câmara de Deputados séria, Parlamento sério, de Deputados sérios, seja lá na Oposição ou na Situação. Quando se pensa em transformar esse País acaba-se os Partidos. Está aqui apenas a idéia na cabeça de cada um dos senhores.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Alborghetti, se eu estivesse ausente, não acreditaria que nós estivéssemos hoje aqui no Brasil, imaginando a diminuição da violência através da proibição de vendas de armas legalizadas para o cidadão. Veja bem V.Exa., a única arma legalizada que o Poder Público Constituído conhece e sabe para onde foi é a arma comprada em estabelecimento devidamente registrado para vender.

Recentemente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares e Deputado Alborghetti, foi feito no Brasil um cadastramento de armas. Todas as pessoas que tinham uma arma teriam que registrar essa arma. Isso, na verdade, é a mesma coisa que aconteceu com o confisco do dinheiro da poupança - pior até, porque o Governo, o Poder Público, induziu a pessoa que tem um revólver 32, ou espingarda, revólver 38 em casa, ir na Secretaria de Segurança, através das delegacias registrar essa arma. E agora, quem que diz que o próximo passo não seja a captura dessas armas registradas de boa fé pelo cidadão.

Deputado Alborghetti, o Senhor já viu - Vossa Excelência que apresenta programa com conotação policiária inclusive - já viu algum assaltante ir numa loja especializada comprar com nota fiscal? Então nós não estamos seguindo exemplo do mundo.

O maior período de organização de crime nos Estados Unidos foi durante a "Lei Seca", quando o Governo, achou que proibindo o BB ia proibir a

venda de bebida nos Estados Unidos. Nós, aqui hoje, vamos proibir armas para que depois aumente o contrabando, como diz V.Exa., do Paraguai para cá, a corrupção, e cá para nós, não vamos com meias verdades, inclusive no meio policial. Porque a arma será difícil de comprar legalmente, então ela terá uma supervalorização no câmbio negro; Eu acho que precisa ser exatamente dito, que não é por aí o caminho para a diminuição da violência e sim com a ampliação de programas sociais.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só para finalizar. Concorde com todas as Lideranças do Governo e me permita, Deputado Suplici. "A TV Senado" fez um pronunciamento que se nós inventarmos de desarmar as famílias de bens, nesse País, nós poderíamos pegar todo o dinheiro que foi pela CC5 para fora desse País - a aplicarmos aqui - porque todo esse dinheiro foi sem recolher o imposto de renda. Se nós aplicássemos esse dinheiro aqui na área da segurança, como fez o Prefeito de Nova Iorque, que eu não conheço, mas recebi da embaixada Americana um vídeo onde mostra como funciona o sistema de segurança. Existe violência lá? Existe, mas em cada rua que você passa, em cada esquina, aquele Prefeito colocou um policial para dar segurança à família Americana.

Talvez esteja eu sonhando nesta tarde, como Parlamentar, mas ainda pretendo ver esse País - não se criar Projeto para desarmar as famílias decentes do meu País, não se criar Projetos criando quites de primeiros socorros e de repente a Lei é desfeita. Eu gostaria de saber quem ganhou os milhões para fazer esses quites e depois recolheu-os de volta?

Então, são muitas coisas que acontecem neste país e somos nós, que fomos eleitos pelo voto democrático, somos nós que devemos estar aqui nesta Casa e em todos os outros Parlamentos, vigilantes para defender a família brasileira.

Para finalizar, recebi, depois de doze anos, o Título de Cidadão Honorário de Londrina. Quando me foi dado, pelo vereador Ribeiro Ito, hoje Embaixador do Paraná no Japão, vereador que lá recebe todos os vereadores que lá vão para se comunicar com as autoridades japonesas. Do finado e saudoso vereador Oswaldo Caldereli que foi como é o Deputado Anibal Khury, um dos detentores dos maiores mandatos, recebi a indicação e não aceitei. Falei que iria trabalhar primeiro, mostrar a Londrina que eu sou um deputado que gosta de trabalhar com cidadania, com justiça social, pela família e pelos nossos filhos. Após doze anos provei isso ao londrinense e recebi, com a presença do meu irmão de fé, meu irmão camarada, Deputado Anibal Khury, com o Secretário Heinz, com o Secretário Nei. Sei que a maioria dos Deputados não puderam com-

parecer, mas mandaram telegramas. Queria receber numa sala, porque sou avesso a festas, mas me prepararam uma festa e eu me emocionei e disse que ali comecei a minha vida política e me permitam, Senhores Deputados. Falei muito dos senhores, disse que este é o melhor parlamento do Brasil e demorei seis anos para receber o Título na capital do Estado. Disse à Câmara Municipal de Curitiba que eu queria trabalhar primeiro, para depois, receber esse Título. Recebi do vereador Mauro Novaes e de todos os componentes da Câmara Municipal. Não quero mais nada. Estou consagrado. Sou cidadão honorário de Londrina e de Curitiba. Londrina desta vez me deu 11.500 votos. Recebi em homenagem a esses 11.500 votos. Curitiba me deu 20 mil votos. Saí eleito por Curitiba e Região metropolitana. Londrina foi onde cresci. Curitiba me adotou. Quero agradecer, com o coração emocionado, ao Deputado Moisés Leônidas que esteve na minha festa, quero agradecer a todos os principalmente ao Deputado Anibal Khury que lá esteve para prestigiar o amigo desta Casa, mas naquela homenagem eu disse o quanto é importante se iniciar uma carreira, por uma Câmara Municipal e o quanto é importante ser Deputado ao lado de 54 Parlamentares que estão aqui defendendo a honra, o caráter, a dignidade da família brasileira do Estado do Paraná.

Esse Título não é meu. Dedico aos senhores, porque esta é a melhor Casa de Leis que eu conheci em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Quero congratular com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti que recebeu o Título de Cidadão Honorário de Londrina, em cuja solenidade eu compareci junto com o Deputado Moisés, homenagem essa que muito me comoveu, porque foi uma Sessão Plenária da Câmara Municipal de Londrina e os oradores se sucederam, desde o Prefeito, Presidente da Câmara, nas homenagens e discursos que elogiavam a atuação do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Representei a Assembléia e fiquei muito feliz em comparecer a esta Sessão.

Meus parabéns, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A opinião publica deve tomar conhecimento do vandalismo e das ilegalidades praticadas pelos pretensos "sem terras"

Em nome desta Assembléia Legislativa e por sua delegação, uma Comissão Especial de Investigações de natureza interpartidária, se deslocou até o Noroeste paranaense, para vistoriar dez propriedades rurais que foram objeto de desocupação judicial após terem sido invadidas por ordem do Movimento dos Sem-Terra. As visitas tiveram lugar nos dias 31 de maio e 1º de junho, e permitiram amplo levantamento - documentado com registros oficiais - sobre as destruições de bens, vandalismo e delitos praticados por esses reivindicantes da terra, que agora empreendem marcha até a Capital do Estado, declaradamente para pressionar as autoridades estaduais, em razão do cumprimento das sentenças de desocupação.

O relatório final sobre as vistorias está sendo concluído e quando apresentado, no mais breve tempo possível, por certo trará revelações estarrecedoras para a opinião pública.

Isto porque - senhores - enquanto posa de "santinho" junto às cidades e perante a mídia, o tal movimento revela um radicalismo perigoso, que precisa e deve ser contido pelos verdadeiros defensores da Democracia e do Estado de direito democrático.

Por isso, reiteramos nosso mais irrestrito apoio ao Governador Jaime Lerner e às medidas que seu Governo vem adotando, no cumprimento da lei e garantia da ordem legal. Ao mesmo tempo conclamamos as demais autoridades e a opinião pública a não se deixarem arrastar por impressões superficiais - mas formarem firmemente na trincheira da autodefesa da Democracia, que não pode ser ameaçada por facções que insistem em atuar fora das regras institucionalizadas pelo Estado de Direito democrático.

Com efeito, todos defendemos o aproveitamento econômico das glebas rurais improdutivas, mediante assentamento criterioso de pessoas de comprovada tradição agrícola, oriundas das regiões onde se localizam as propriedades, selecionadas após cadastramento feito com a participação das autoridades municipais interessadas - enfim, uma reforma agrária regionalizada.

Inclusive, os proprietários rurais do Paraná, reunidos em suas entidades representativas, proclamam a disposição de contribuir até financeiramente para viabilizar as operações do Banco da Terra, apoiando a aquisição de áreas disponíveis para assentamento de antigos lavradores, os "bóias-frias" que foram vitimados pelas crises anteriores.

Queremos resolver em definitivo o problema do assentamento rural, em base municipalizada e sob acompanhamento sério, para beneficiar os verdadeiros homens do campo e suas famílias. Neste ponto cabe lembrar o pioneirismo do Paraná no

processo de colonização do território, que legou ao Brasil uma agricultura moderna e pujante.

O que não podemos aceitar, nem a sociedade tolera, é a invasão de propriedades por parte de bandos de vândalos que violam a lei, praticam esbulho, ameaçam pessoas, seqüestram e seviciam produtores e seus agregados, roubam bens e devastam a natureza - como se pairasse acima da lei. E que, numa tentativa de inversão dos valores jurídicos a que todos estamos sujeitos, ainda invocam seus "direitos humanos" de continuar subvertendo a ordem democrática com ações paramilitares de ocupação dos supostos territórios liberados - buscando confundir os democratas sinceros e a opinião pública.

A Constituição Federal, que assegura direitos também atribui deveres a que ninguém pode se furtar e cabe às autoridades tornar efetivos. entre tais garantias está o respeito à propriedade, que não pode ser violada sob o vandalismo desenfreado que aconteceu nas terras invadidas na zona rural de nosso país e nosso estado. Isto tem que cessar e os autores de tais crimes precisam ser coibidos pela polícia processados pelo vigilante Ministério Público, e sentenciados pela altaneira Justiça de nossa terra.

O relatório que entregaremos à mesa desta Casa - uma vez terminado em breve - mostrará tais delitos que envergonham e embaraçam e não podem ser tolerados. Rejeitamos sobretudo as programadas invasões maciças, reclamando que seus investigadores, líderes e autores sejam chamados às barras da lei; e que as desocupações continuem sendo processadas com os mesmos cuidados, profissionalismo e contenção no cumprimento do estrito dever legal de nossas autoridades de Segurança Pública.

O Paraná é um Estado de paz na cidade e no campo, graças ao espírito laborioso de sua gente e à qualidade de seus governantes e saberá rechaçar tais oportunismos alimentados de fora; proclamando em alto e bom som, como o cacique da lenda,

"Basta, pois esta terra tem dono!"

Essa moção vai assinado por todos os integrantes que estiveram junto conosco na comissão que vistoriou 8 propriedades, Senhor Presidente, na Região Noroeste do Estado do Paraná, e vem assinado por mim, pela Deputado Miltinho Puppio, pelo Deputado Litro, pelo Deputado Luiz Accorsi, pelo Deputado Edno Guimarães, Divanir Braz Palma e Hermas Brandão, todos aqueles que participaram das vistorias nas áreas da região Noroeste do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças: PSDB, PFL, PT.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não fazia intenção de usar a palavra, mas o relato feito pelo Deputado Plauto Miró, um processo de investigação feito por uma comissão suprapartidária, isenta, sem nenhuma idéia pré-concebida a respeito das ocupações de terra no interior do Estado do Paraná, um relato que demonstra uma transparência cristalina, que a comissão que foi à 8 propriedades, perto da Região de Querência, demonstra a falência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O relato que o Deputado Plauto traz, já foi de certa maneira, objeto de uma discussão, um alerta feito aqui nesta tribuna.

Eu acho e continuo achando, que o papel da Assembléia Legislativa não é esse Senhores Deputados, não é esse de se transformar numa peça acusadora e de criminalização de um movimento social, me perdoe o Deputado Plauto Miró e os Deputados que assinam este documento, mas volto a chamar, me desculpem, mas chamar a atenção de que nós estamos enveredando por caminhos, que no meu ponto de vista, não trazem sentido nenhum e não vão trazer nenhum benefício para que possamos construir aquilo que todos nós desejamos, se é que todos nos desejamos.

Se nós queremos a paz no campo, se nós queremos que o Governo do Estado, que as Instituições possam reconduzir um conflito social, da natureza que tem o conflito social do MST, que ocupa áreas, que de certa maneira restringe a propriedade de determinadas áreas, sobretudo das áreas produtivas, hoje, no Estado do Paraná, se nós queremos reintroduzir o espaço público, o papel do Estado, a mão do Poder Público, as Instituições, para que esses conflitos sociais tenham um espaço legítimo para o seu embate, para a solução. Não é o caminho apontado pelo relatório do Deputado Plauto Miró.

Aceitar ninguém vai aceitar isso, a acusação de que as pessoas que ocuparam as fazendas, depreciaram bens, ocasionaram danos para a propriedade ocupada. Papel da Assembléia em acusar um movimento social que tem mais de 30, 40 anos de luta pela terra e que não é pela terra lá de Querência do Norte, não é pelo pedaço de terra lá de Querência do Norte ou da propriedade Limítrofe do Deputado Darci Accorsi, lá em Luanda, não é isso. Ou nós entendemos que o problema é muito maior do que esse e a Assembléia Legislativa assume o papel de tentar buscar uma solução que possa dirimir, que possa introduzir uma outra dinâmica para a superação dos conflitos, ou nós vamos funcionar aqui como partes, como apenas

partes de um interesse, de um conflito social que não vai levar a nada.

Assisto estarecido, hoje, que o Governo do Estado não tem mais nenhum gesto para tentar buscar uma solução que possa ser uma solução pacífica ao confronto que se avizinha, nem começou, um confronto que se avizinha não vai trazer benefícios nem para os sem-terra descalços, com chapéu de palha, de foice na mão, aqueles que precisam de um pedaço de terra, ou aqueles que não precisam de um pedaço de terra, são de outras regiões, mas estão no movimento, impropriamente, não cabe aqui discutir o mérito, nem ao Governo do Estado, nem a Assembléia, não interessa a ninguém esse conflito.

A veia que a Comissão está tentando explorar e levar em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, esse relatório, não pode ter prosseguimento.

O problema da Reforma Agrária, não existem os problemas de ocupação de terra, não existem desde que o Plauto Miró, o Divanir Braz Palmas são Deputados, é um problema que existe em território nacional, é um problema que tem mais de 100 anos de existência, é uma concentração brutal da terra em nosso país.

Excessos do Movimento Sem-Terra nos últimos tempos, podemos dizer que existem. Invasões de áreas produtivas eu já cansei de dizer, já disse isso para os líderes do Movimento, falo em qualquer assembléia do movimento, sou contra a ocupação de áreas produtivas.

Mas, vejam bem, dizer que é contra a ocupação de área produtiva ou discutir o que é área improdutiva neste momento, é entrarmos no mérito da questão da Reforma Agrária, no nosso País e no nosso Estado.

O que eu quero chamar a atenção, é que o relato, o papel desta Comissão tal qual está sendo conduzido, não pode, em hipótese alguma, levar o nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob pena de abrimos mão da nossa condição, da natureza deste Poder, que é onde se tem visões múltiplas da sociedade de que sejamos um fórum, o último espaço que a sociedade pode exigir, o último espaço para tentar buscar uma conciliação e a superação de empasses na sociedade.

Entendemos a frieza, entendemos a dureza, a concritude da lei tal qual um juiz, ou um soldado, ou um coronel da Polícia Militar tem que se ater quando essa decisão é emanada do Poder Judiciário.

Não há espaço para um juiz intermediar depois, não há espaço para um Coronel cumprir meia ordem, não há espaço.

Muitas vezes não sobra espaço de negociação para o Poder Executivo.

Senhor presidente, a única instituição da democracia que existe o espaço para se buscar a conciliação de conflitos sociais chama-se o Poder Legislativo, exatamente pela sua natureza múltipla de representação dos vários setores da sociedade.

Então, me preocupa depois que eu li, escutei o relatório, ou o preâmbulo do relatório porque o Deputado Plauto disse que nem está acabado, me preocupa esse relatório levar o nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Espero ainda, Senhor Presidente, vejo que os conflitos no campo se acirram dia a dia no nosso Estado, eu espero ainda que a Assembléia Legislativa seja chamada e possa vir a ocupar o espaço e o lugar qual ela deve ocupar; que é de, neste fórum aqui, democrático, chamar as partes interessadas, todas envolvidas no processo desse conflito tão denso, de tão difícil solução hoje.

Mas, eu espero que a gente não perca o horizonte e a grandeza de tentar buscar uma solução negociada e pacífica para um conflito social.

Não é o interesse econômico de um ou dois grandes proprietários de terra que está em jogo neste relatório, não é cinco mil cabeças de gado, ou três chiqueiros de porcos, que foram destruídos que está em jogo; está em jogo neste relatório, não é cinco mil cabeças de gado, ou três chiqueiros de porcos, que foram destruídos que está em jogo; está em jogo neste relatório, Senhores Deputados, e se continuar com essa vertente, o papel do Poder Legislativo, está em jogo neste relatório a democracia e a busca de uma solução negociada. Nós vamos abrir mão da solução negociada? Acho que o fazendeiro que está lá, oprimido, talvez humilhado, de uma terra produtiva, e que teve que sair da sua fazenda, para este não há mais solução negociada; para o trabalhador sem-terra que foi expulso, que não tem o que comer, que é vítima de uma sociedade cruel e que cada vez mais exclui o homem da sua produção, para esse talvez não haja mais uma solução negociada. Mas me pergunto; para nós, para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nós vamos abrir mão dessa busca, nós vamos colocar no lugar daquele fazendeiro que foi humilhado, que foi ultrajado, que cultivou a terra que está produzindo, que tem uma colheitadeira, seja lá que mérito, nós vamos nos colocar neste lado, vamos assumir isso? Nós vamos abdicar exatamente do papel fundamental, nós vamos abrir mão disso? Suponhamos, Senhor Presidente, e vamos pegar os exemplos históricos, suponhamos quando a sociedade brasileira, ou de outros povos, se dividiu umbilicalmente por questões muito maiores do que apenas o conflito no campo, suponhamos que a sociedade brasileira esteja afrontada do ponto de vista da sua constituição maior por um movimento social seja qual for, quer todos os liames da democ-

racia estejam por se romper, qual é o nosso papel senão o único da resistência da garantia da democracia neste País e numa sociedade em conflito. E eu me pergunto: agora por causa de um conflito social que se adensa, um conflito social que se acirra, que é o conflito no campo, nós vamos abrir mão e abdicar do único e grande papel que nós temos que é de tentar direcionar, que é de reconduzir, de dizer para aqueles que estão com as armas na mão neste conflito social para que se desarmem, para que sentem à mesa, para que a gente, até o último momento busque uma solução negociada. Não vou Deputado Plauto Miró, me desculpe! Não vou concordar com esse relatório em nome da Assembléia, mas nunca! Vou para a ocupação de terra se for necessário. Porque é impossível que se aceite isso. Já chamei a atenção. Sou contra e acho que a maioria dos Deputados aqui é contra a ocupação de área produtiva. Não tem um deputado aqui que seja a favor, de que as áreas improdutivas permaneçam única e exclusivamente para especulação, enquanto milhares e milhares de homens e mulheres não tem um pedaço de terra para plantar e para comer.

Mesmo o senhor e os deputados que assinam esse documento, concordam comigo que as áreas improdutivas devem ser disponibilizadas para Reforma Agrária. Vi isso no seu depoimento, vi isso no seu relatório. Quero dizer para o senhor que eu também comungo da mesma forma que as áreas produtivas não devem ser ocupadas.

Então se na Assembléia que é um Poder Constitucional, que é onde todos os conflitos sociais aqui se expressam das múltiplas maneiras, de cores partidárias, de cores corporativas. Se na Assembléia Legislativa, nós vamos ser forçados de abrir mão da única condição que é a própria natureza nossa, de garantir um espaço de discussão de uma solução negociada.

Por isso, me desculpe Deputado Plauto Miró, esse relatório tem que ser refeito e temos que buscar outro caminho.

O Sr. Valdir Rossoni

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ÂNGELIO VANHONI

Concedo o aparte em primeiro lugar ao Deputado Caíto Quintana, depois ao Deputado Plauto e ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado gostaria de lembrar V.Exa. que fui o primeiro a me inscrever. Mas como V.Exa. estabeleceu...

O SR. ÂNGELIO VANHONI

Estou com essa questão com muita clareza na minha cabeça. Estou percebendo o que pode acontecer no nosso Estado. Sou daqueles que não quer que aconteça isso que está sendo tramado. Vou lutar para que nenhuma pessoa, nenhum camponês, ou qualquer pessoa seja prejudicada. Não quero isso. Como não quero que nenhum fazendeiro que esteja produzindo na sua propriedade rural seja prejudicado. Quero junto com o Plauto Miró buscar uma outra solução, que não seja uma solução do confronto, que não seja uma solução do conflito. Se eu fosse o Comandante da Polícia Militar talvez eu não estivesse aqui falando o que eu estou falando. Eu teria que cumprir ordens. Mas não sou o Comandante da Polícia Militar do Paraná, sou um Deputado, pertencço ao Poder Legislativo, não ao Poder Executivo, não sou do Poder Judiciário. Tenho um espaço de negociação, tenho mil formas ainda de tentar buscar uma solução negociada para esse conflito. Por isso acredito nessa possibilidade. Enquanto democrata vou sempre perseguir essa possibilidade de uma solução negociada.

O Sr. Caíto Quintana

Ouçoo com atenção o pronunciamento de V.Exa. Quero dizer nessa Casa, que sou completamente solidário a essa preocupação que V.Exa. levanta. Sou, Deputado Ângelo Vanhoni, de uma das regiões do Paraná, onde começou o Movimento de Ocupação. Especificamente, inclusive, Capanema, os primeiros núcleos de ocupação de Manguaçu na época. E a conotação dos Movimentos era diferente, porque não existia o MST, era uma revolta pura e simples do pequeno proprietário, do filho do pequeno proprietário de excluído da sociedade, em busca de um espaço para trabalhar. Esse movimento quando o então Governador José Richa, ele imaginou de que o caminho fosse fazer o cadastramento das Prefeituras. E na época nós do MDB, pregávamos que se cadastrasse na Prefeitura as famílias necessitadas, porque as Prefeituras tem um conhecimento de quem é quem no meio em que vive, na esperança de que só aqueles cadastrados é que iriam receber terras. O que acontece com a reforma agrária no País - essa atitude de então se desmoralizou. Porque não há indicação, Deputado Vanhoni, de um único assentado, que tenha sido assentado, por força de ter sido cadastrado em uma prefeitura.

O movimento ganhou força, Deputado Ângelo Vanhoni, e surgiu o MST, hoje, uma organização forte, poderosa e organizada - para aqueles que não acham que é organizada, é organizada, sim, Senhor, talvez a organização mais completa da nossa sociedade civil. Esses surgiram pela ausência de uma política de reforma agrária.

Estava ouvindo, hoje, nos meios de comunicação, o próprio governo do Estado, sessenta dias depois de ter assinado com o governo Federal um documento estadualizando a reforma agrária está o governo do Estado reclamando da falta de repasse de recursos. E não vai repassar. Nenhum trabalhador registrado nas prefeituras, no INCRA, no governo do Estado ou seja onde for vai ser reassentado.

Nós tratarmos e, aí, concordo com V.Exa., reforma agrária, movimento social, de pessoas acampadas com esse frio na beira da estrada e, nos achamos que é por prazer! Nós entendermos que essas pessoas, por prazer, estão dormindo embaixo de uma barraca, com filhos, crianças, que também têm febre, problemas de dor de ouvido e dói a garganta e sermos insensíveis ao ponto de fazermos um relatório de uma lado só.

Concordo plenamente com V.Exa., a Assembleia Legislativa, Deputado Plauto há de ser mediadora. Mas mediadora significa avaliar a gravidade da situação e não a feitura de um relatório, que venha única e exclusivamente ser tendencioso para um lado só. A Assembleia perde e, aí, a grande razão do seu pronunciamento, como mediadora de qualquer situação no instante que ela não procurar analisar os dois lados da moeda.

Então, nos basta sermos valentes para o lado daqueles que nos dão cobertura. A justiça está em saber dividir exatamente a razão de cada lado e tentar encontrar uma situação negociada.

Acho que o seu pronunciamento é oportuno no instante que esse relatório ainda não foi enviado e não foi votado. Ele terá que ser muito bem medido, para que a Assembleia saia dele engrandecida, como Poder que busca negociação e o não acirramento dos ânimos no Estado do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência, na realidade só confirma e acrescenta, porque não dá para a gente entender - se formos ler as palavras que estão escritas no relatório do Deputado Plauto Miró, de certa maneira nos levam a uma convicção que ela é completamente fora um pouco da realidade. Talvez, algumas leituras, como tivesse mil, duas mil, três mil, quatro mil pessoas no Estado do Paraná que marcham todo ano ou vêm para a Capital, ou ficam acampados nas estradas, para fazer política, confronto político e desacatar autoridade. Olha, a única natureza, que faz com que essas pessoas se mobilizem da forma como se mobilizam, se organizem da forma como se organizam, delas conquistarem um pedaço de terra para poder produzir. Não existe outra alternativa.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado Vanhoni, só para lembrar rapidamente ao Senhor, o seu partido tinha participação nessa comissão, onde o Presidente da Assembleia indicou um membro da sua bancada, para compor e fazer parte dessa comissão. Dois dias depois de ser indicado, um líder do seu partido encaminhou um ofício, informando que o PT não se faria representar nessa comissão. Para começo de conversa, para mim, essa foi a posição que não deveria ser tomada. Porque se fosse, acompanhasse tudo o que aconteceu nas vistorias que fizemos lhe garanto que sua opinião, nesse momento, seria exatamente outra.

Isso que lemos hoje no Plenário, esse documento que lemos, não é o relatório final. O relatório final será todo ilustrado, com fotos, depoimentos e com filmes de tudo aquilo que a gente viu. Declarações de funcionários das propriedades, que estiveram lá, no momento da desocupação, dos proprietários colocando tudo aquilo que sumiu das suas propriedades, e tudo isso oficialmente. Temos da Polícia relatórios das queixas que cada proprietário fez lá contando o que sumiu da propriedade, quantas cabeças de gado sumiram, a casa que foi destruída, os eletrodomésticos, as cercas, o arame, enfim, uma série de ações de destruições. Reafirmo que vamos mostrar com fotos, com depoimentos e com filme, nesse Plenário, na hora que terminarmos de concluir.

É uma pena que o representante do seu Partido não foi junto, para ver justamente aquilo que acontece lá, em cada propriedade.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Solicito o horário do PMDB para dar o aparte ao Deputado Valdir Rossoni e ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. VALDIR ROSSONI

Já tinha até pensado em usar o Horário da Liderança do PTB para aqui falar sobre esta questão.

Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência pode até achar que é ironia da minha parte, mas quero dizer que estou vendo o Ângelo Vanhoni, que sempre vi dentro desta Casa, hoje, sereno, tranquilo, com seriedade, respeitando a democracia. E quero dizer a Vossa Excelência, por questões ideológicas posso não concordar com algumas palavras que Vossa Excelência disse aí hoje, mas quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Vossa Excelência sabe muito bem porque estou dizendo isso, porque não se exerce a democracia apregoando a desobediência à Lei e às decisões judiciais. Não se exerce a democracia, não tem forma de se exercer a democracia, Ângelo Vanhoni.

Agora acho que a grande falha que Vossa Excelência e seu partido estão cometendo, neste exato momento, e para ter autoridade para subir a Tribuna e contestar este relatório que supostamente vai ser apresentado, acho que Vossas Excelências estão cometendo um grave erro, estão pré-julgando. No momento em que seu partido não acompanhou esta comissão, o que o cidadão, o Parlamentar Valdir Rossoni está pensando? Vossas Excelências já estavam pré-julgando o que seria feito, o que seria escrito neste relatório. Se estivesse lá um representante do PT teria toda a autoridade para contestar o relatório que será apresentado aqui, nesta Casa.

Concordo com Vossa Excelência quando Vossa Excelência diz que temos que lutar até o último instante para achar uma forma negociada, concordo com Vossa Excelência. Concordo com Vossa Excelência quando diz que temos que preservar aquele cidadão que mora às margens das rodovias e que não é porque quer, é porque tem necessidade, concordo com Vossa Excelência. Mas o radicalismo que estão sendo colocadas as questões... aí digo a Vossa Excelência, sem medo de errar e Vossa Excelência não vai concordar comigo, começa pelo seu partido, não tenha dúvidas que não encontraremos forma negociada quando vemos a ação do PT, falando em democracia e desobedecendo a Justiça do outro lado.

Me desculpe, Deputado Vanhoni, seu pronunciamento foi sereno, mas tem uma semana que ele fuge da democracia. Outra hora Vossa Excelência invoca a democracia para que seja respeitado o direito do movimento sem-terra. Quero me somar a Vossa excelência pedindo democracia mas não somente ao movimento sem-terra mas pedindo democracia a todas as nossas atitudes, a todas as atitudes dos sem-terra, dos trabalhadores, dos desempregados, dos professores, dos profissionais e dos parlamentares, principalmente. É isso que invoco, a democracia é o princípio do respeito à lei.

Então, cumprimento o seu pronunciamento sereno, é este o Ângelo Vanhoni que sempre gostei de ouvir na tribuna desta Casa.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Vanhoni, é um tema palpitante e secular.

Na verdade esta questão do relatório que não quer entrar no mérito, até porque foi uma comissão formada, os Deputados que foram a Querência do Norte coloca algumas posições de visão pessoal ideologicamente bem definida, e me preocupa Deputado Vanhoni, aqui nesta Casa, que haja uma certa divisão, não de pensamento, porque isso é o fundamento da Casa, mas de defesa do que acontece hoje com relação a questão social.

A Reforma Agrária, antes de ser uma questão econômica é uma questão social. E eu me reporto aqui, Deputado Vanhoni, à época em que fui diretor de terras do Paraná, e numa tarde fria em Querência do Norte aonde 600 policiais estavam para adentrar a área da Fazenda do Atala e 1500 trabalhadores rurais sem-terra numa assembléia estavam com 4 policiais em seu poder e se recusavam a liberar os policiais. E eu pedia então ao Governador Álvaro Dias que me desse a oportunidade de conversar naquela Assembléia com o Movimento Sem-terra, participei da assembléia, liberei os policiais e o pessoal da Polícia Militar que estavam lá para cumprir uma ordem, não precisaram entrar em confronto com os trabalhadores rurais.

Tantos foram outros conflitos os 64 assentamentos naquela época e 49 ocupações que existiam, que me parece que não há como resolver qualquer tipo de problema social que haja confronto. Tem que haver realmente a parte da negociação.

E Vossa Excelência tem razão no seu pronunciamento em dois sentidos, no meu entendimento primeiro, deve se preservar obviamente o princípio da lei que se estabelece a ordem democrática das coisas. Portanto, o excesso que comete o Movimento Sem-terra, como falou deputado Caíto Quintana, surgido na nossa região e que ao longo dos tempos perdeu a exclusividade de ser uma luta pela terra mas que também deve ser entendido como um Movimento Social mais amplo no País, até porque, quando o Deputado Alborghetti, vai a tribuna e coloca lá que houve assalto, roubo, várias coisas que estão acontecendo pelos excluídos da sociedade, quem sabe não seja diferente daqueles que por falta de uma oportunidade na vida se dão inclusive ao desprazer, como falou o Deputado Caíto Quintana de ficar embaixo de uma barraca de lona e cometer excessos, porque a indignação leva, quem sabe as pessoas a cometerem excessos.

Então, na verdade, nós precisamos encontrar aqui, não a Assembléia Legislativa tomando parte de um lado enorme da Assembléia até porque aqui não há um só lado enorme na Assembléia, aqui permeia as mais diferentes posições com relação a questão Agrária.

Mas eu particularmente acho que nós temos que preservar a Assembléia enquanto discussão do problema. E aí o meu respeito a todos os Deputados que indignados também colocam aquilo que muitas vezes são acometidos nos excessos das ocupações. Mas, também, não podemos ignorar que o Movimento Sem Terra, seja um movimento hoje que muito mais do que os Sem-Terra, engloba aí os excluídos que uma grande parcela da sociedade que não encontra espaço para produzir e manter com dignidade as suas famílias.

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que o seu pronunciamento é extremamente importante, até porque leva a Assembléia a discutir esse problema.

Nós não vamos resolver o problema da Reforma Agrária apenas no confronto e nem vamos resolver tão logo. Se não sou traído pela memória “Caio e Ecílio Graco” que eram irmãos do antigo Império Romano, já morreram os dois em lados opostos dessa luta, brigando pela terra.

Não há um País no mundo que não tenha passado pelo confronto para se fazer a questão da Reforma Agrária e não seria o Brasil uma exceção.

Mas acho que nos temos que ter, e aí eu concordo com o Deputado Rossoni, serenidade para discutir essa questão, porque se nós estaremos aqui tomando lado de uma posição que vá cada vez mais colocar fogo nesta fogueira.

Acho que é uma situação em que nós devemos ter essa reflexão e procede o seu Aparte num chamamento a Assembléia para que mesmo nós, todos aqui com posições diferentes, possamos ter a serenidade e o entendimento que o Movimento Sem-terra não se resume apenas na ocupação e uma Fazenda.

Há um problema social grave determinado.

É preciso termos o cuidado para analisar essa questão, mas também precisamos preservar a ordem democrática.

Eu, depois de militar por três anos nessa área, confesso que já, um tanto esgotado, me afastei um pouco, mas sei das dificuldades que existem para que possamos chegar a uma solução negociada, mas desde que haja vontade de ambas as partes.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Volto a chamar a atenção dos senhores deputados. Não importa se o PT participou ou não desta comissão que foi investigar se uma cerca, um trator ou 500 cabeças de gado foram danificados desta ou daquela fazenda.

O objetivo desta comissão era este. Nós nos colocamos contrários a este encaminhamento da Assembléia. A nossa posição é de que a Assembléia crie uma comissão que trabalhe como foro de mediação dos conflitos sociais existentes no campo.

É este o papel da Assembléia. É o novo rumo que queremos dar. O governo está completamente perdido. E agora, numa ocupação de área, onde tem cinco mil cabeças de gado, os trabalhadores sem-terra ocuparam.

Nem sei onde fica. Vi uma entrevista na CBN com o Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira. Vejam só:

Foi apreendido um caminhão roubando gado desta fazenda. dois caminhões.

O Secretário, em entrevista com a jornalista da CBN, Jordana Martins, disse o seguinte: “Olhem, eles, a princípio se identificaram como se fossem sem-terra e que estavam retirando o gado da fazenda, roubando e vendendo o gado.

Depois, na delegacia, mudaram a versão e disseram que foram contratados pelos sem-terras para fazer o roubo”.

O Secretário vai mais além, diz que há uma dúvida entre os sem-terras e o proprietário.

O proprietário disse que tinha sete mil cabeças de gado, os sem-terras dizem que tinha três mil. Mas, por fim, o Secretário termina dizendo que esses bandidos criminosos que ocupam a área, que estão invadindo fazendas, precisam ser responsabilizados até as últimas consequências.

Ora, é este o papel do Secretário de Segurança Pública? Nem instaurou o inquérito! Na primeira versão os “caras” se identificam dizendo que são do MST e depois, na delegacia, dizem que foram contratados. O MST contratou agora um banco de ladrões para roubar gado das fazendas e o Secretário já tem a sua decisão final sobre o processo. Me parece quer o MST estará em Curitiba amanhã, para denunciar algumas violações de direitos que aconteceram nas desocupações. Me parece que esse evento, do roubo de gado, muito parecido com outro inquérito que até agora não foi apurado, onde um carro levou onze tiros. Gostaria, para que não pairasse dúvidas, que os mesmos criminosos que roubaram o gado lá e que foram presos, dos dois caminhões, fossem agora, para o mesmo delegado que apurou os onze tiros num carro aqui no Jardim Social e que o mesmo Instituto de Criminalística também apurasse.

Então vejam bem. Esse caminho não vai levar a nada! Qual o final dessa história? O final dessa história, Deputado Waldyr Pugliesi, os trabalhadores sem-terra sendo criminalizados, levando tiro, levando tiro, morrendo gente, policial morrendo. É isso o que vai acontecer! Pergunto, Deputado Plauto Miró, é este o caminho que queremos? É o caminho frio do confronto e da violência? Acho que a Assembléia não pode aceitar esse caminho, nem a Assembléia, nem o governador, nem o Presidente do Tribunal de Justiça, nem os líderes do MST e nem ninguém deve aceitar esse caminho e gente tem que chamar a atenção das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra, o Senhor Deputado Braz Palma.

O SR. BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Mesa Diretiva. Queremos continuar conversando sobre este relatório lido pelo Líder Plauto Guima-

rões e, na medida do possível, fazer algumas ponderações lúcidas, espero, sobre as colocações equivocadas do nosso colega Ângelo Vanhoni, Deputado conhecedor de política, militante do PT e que muito nos honra conviver com ele nesta Casa. Nós fomos cumprir um compromisso aqui determinado pela Assembléia em comissão, conhecer as áreas de terras que foram desocupadas pelo MST. Em primeiro lugar quero dizer que, não querendo confrontar com o Vanhoni, com o ilustre Deputado Vanhoni a quem eu respeito, mas acho que a Assembléia Legislativa é, realmente, e de fato e de direito, o local onde nós devemos tratar esses problemas. Afinal de contas a Assembléia Legislativa é o estuário da vontade popular. E os Senhores sabem, cada um aqui foi votado por sem-terra, por com terra, por sem casa, por gente que tem casa, enfim, por toda a comunidade, por toda a sociedade paranaense e cada segmento tem seus problemas. Então nós somos responsáveis, sim Senhores, em, na medida das nossas possibilidades, fiscalizarmos, induzirmos, lutarmos, ponderarmos e acharmos soluções. Os Senhores devem estar lembrados que eu cheguei aqui, foi pela primeira vez, encampeí a idéia do Hermas Brandão - nosso Deputado, que já, nesta gestão, muito preocupado com as 140 fazendas ocupadas, com mandados de reintegração não atendidos e foi aí que nós formamos a nossa Frente Ruralista formada hoje por 18 Deputados Estaduais.

Este é um problema secular, claro, como disse o nosso Deputado Zucchinho, mas é um problema que tem que ser resolvido e só será resolvido se nós enfrentarmos de frente. É o que nós estamos tentando fazer. Agora, precisamos separar o joio do trigo. Esse Relatório é apenas uma síntese daquilo que vamos mostrar aos Senhores. Mas os Deputados que foram conosco, viram com os próprios olhos as propriedades desocupadas muitas delas com mais de dois anos de ocupação pelos sem-terra, viram o estado de terra calcinada, de propriedade que não recebe, sequer, um pequeno afago de um trabalhador. Não há sinal de amor, não há sinal de carinho, nem de respeito pela propriedade invadida. E lá nós vimos, porque, uma fazenda só há 2 anos e meio ocupada pelo sem-terra, não tinha sequer um pé de alface plantado. Nós só vimos o que: dilapidação; depredação!

Então, senhores, esse não é Movimento Sem-Terra. Para mim, desculpem, estão usando a chancela do sem-terra para fazer dessa atividade um meio de vida ilegal, imoral e que nós temos que coibir. Porque não é por aí. E quero dizer ao companheiro Vanhoni, que como ele diz que o Governo está desorientado. Não concordo. Estou sentindo, como pequeno desorientado. Não concordo. Estou sentindo, como pequeno proprietário rural também, porque sou filho de carpinteiro e meu pai comprou

1 alqueire de terra, pagando em 4 anos com 4 parcelas anuais, isso em 1947 no início do desbravamento do Norte do Paraná, onde já existe uma grande reforma agrária lá. Mas as terras que nós aprendemos a adquirir e a trabalhar, foram terras compradas e pagas pelo suor, pelo trabalho da nossa família.

Então essa é a cultura que nós trazemos. Não desconhecemos as necessidades das pessoas que perderam suas terras porque foram consumidas por juros praticados pelo sistema financeiro, que tomaram suas terras, tomaram suas máquinas por safras frustradas. Devemos ter consciência disso, existem muitos. Hoje nós temos 700 mil bóia-fria, que apesar do esforço do Governador das Vilas Rurais, não conseguimos agasalhar mais do que 30 mil famílias.

Mas, temos 700 mil bóia-frias que todas as manhãs, 4 horas da manhã, levantam, preparam sua comida e vão trabalhar, muitas vezes viajando horas em cima de um caminhão para ganhar 10 reais por dia. Esse bóia-fria demonstra amor à propriedade. Agora, as fazendas que nós vimos, foram fazendas ocupadas por pessoas desempregadas, orientadas por meia dúzia de espertos, que se dizem do MST, e por se acharem do MST, acham que têm um documento, acham que têm passaporte para invadir propriedade privada, para impedir que os seus proprietários entrem em suas terras, como nós vimos lá fazendeiro, que na hora de dar depoimento chegou a chorar, e toda a comissão chorou junto, um homem com 80 anos, cabelos brancos, desde 51, produzindo na sua propriedade, cuidando da sua fazenda, deixou de entrar na sua casa porque tinha meia dúzia de gatunos lá. Isso não é MST não. São "gatunos". Porque as pessoas que têm formação, as pessoas que têm integridade sabem respeitar a propriedade alheia.

Então, vejam os senhores, hoje é realidade no Paraná. O Governo Federal já desapropriou 7 milhões de hectares, investiu bilhões, assentou 300 mil famílias. Dizia o Ministro Junge, da reforma agrária, que só depois do 3º assentamento, tentativa de assentamento é que se começa a produzir alguma coisa, até lá só existem espertalhões que querem levar cesta básica e levar salários e não levar mais nada, não é por aí.

Mas vejam os senhores! Governador Jaime Lerner, depois que essa comissão formou essa frente ruralista, foi a Brasília, negociou com o Ministro da reforma agrária, a estadualização, trocamos a representação do INCRA. está aí o José Carlos, que é um homem que dava informações técnicas ou coordenadas sobre latifúndios, sobre terras ao governo, está lá, assumiu o comando do INCRA.

Estamos mostrando esse relatório para os senhores para provarmos que não é por aí que vamos fazer reforma agrária. A estadualização, a munici-

palização é o caminho. Vamos pegar essas pessoas que têm amor à terra.

Para vocês terem uma idéia da preocupação dos fazendeiros, já está surgindo um movimento para que, como diz o relatório, cada fazendeiro dê 1% ou 0,5% das suas propriedades para formar um fundo, fortalecer mais o fundo do Banco da Terra, para que possa se comprar as terras improdutivas e assentar os sem-terra. Agora, assentar as pessoas que gostam da terra, que mostram, que trabalham a terra. Isso sim, isso é o que nós pretendemos fazer.

Agora Vanhoni, pode ter certeza disso nobre Deputado, a Assembléia Legislativa, eu me sinto em casa para discutir esse problema. Porque, vejam senhores. Se nós virássemos as costas para esse movimento, de que adiantaria estarmos fazendo leis aqui, sendo que a propriedade privada estava sendo motivo de invasão, sendo que o Paraná que produz 25% da produção nacional, que mantém o equilíbrio da balança de pagamentos através da produção de grãos, está sendo o Estado olhado de uma forma, de medo pelos produtores, ninguém compra mais terra, ninguém está comprando do seu vizinho mais, porque está perdendo a confiança no seu título, na sua escritura pública definitiva, no seu registro de imóveis. Então, essa Assembléia é um grande "Forum de debates", e nós precisamos unir a experiência, a sensibilidade dos deputados da Oposição, dos Deputados do PT, e do PMDB, a que eu respeito, enfim todos os Deputados, para nós junto com o governo fazermos essa reforma agrária caminhar, mas dentro dos princípios da ordem, do direito, da paz, respeitando o cidadão, e dando terra a quem realmente precisa de terra, a quem demonstra amor à terra, a quem realmente sabe trabalhar a terra.

Porque senhores, conheci um dos invasores não sabe distinguir uma enxada de um rastelo, não sabe distinguir um machado de uma foice. Não é por aí. Nós temos que dar terra para quem sabe trabalhar a terra, para quem gosta da terra, isto sim, tem terra suficiente, tem muita terra para dar para quem trabalha. Acho que nós estamos fazendo a nossa parte.

Esse relatório como disse o Vanhoni, deve ser modificado. Se esse relatório tiver que ser modificado, nós vamos falsear a verdade, porque em cada palavra, em cada vírgula existe ali a presença do Deputado, ficamos dois dias enfiados naquelas fazendas olhando estarrecidos como esse movimento está descaracterizado, Vanhoni. Nós temos que fortalecer o MST, sim senhor, mas não podemos permitir que um MST carregue essa bandeira de vilões. O MST é um movimento sério que precisa ser dirigido por homens sérios que conheçam a terra, que conheçam a Lei, que respeitem o nosso País e respeitem as autoridades. Vamos continuar

lutando para a Reforma Agrária se estabeleça, mas dentro desses princípios, já citados aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ato da Comissão Executiva, constante do expediente, comunicando que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Aragão de Mattos Leão Filho. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofício de nº 040/99, subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando sua intervenção para que sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores do SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, sindicato que representa cerca de 9 mil trabalhadores das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário em todo o País, como a EMBRAPA, CODEVAST e as empresas estaduais de pesquisa. **Aprovado.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, comunicando o seu desligamento do PPB e sua consequente filiação ao PSDB, a partir desta data. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam der apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam der apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente.

Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, imóvel de sua propriedade, situado no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 281/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar a Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, imóvel de sua propriedade, situado no Município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 27.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 210/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo vedar a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nobres colegas Deputados.

Estamos encaminhando o nosso projeto de lei, que veda a contratação e a terceirização dos serviços de fiscalização em nossas rodovias estaduais. Também proíbe que possa qualquer empresa fazer a fiscalização mecânica, elétrica, eletrônica, magnética em nossas rodovias. Estipula um prazo máximo de 120 dias para que o Departamento de Estradas de Rodagem rescinda o contrato com as empresas.

E quero aqui, Senhor Presidente, agradecer em primeiro lugar a Vossa Excelência, que defende a sociedade paranaense, tem defendido o nosso projeto de lei, que visa dar por primeiro exemplo ao próprio Estado e ao nosso governante, que não é possível se instituir a indústria das multas no Estado do Paraná. Não é possível permitir-se que uma empresa, seja ela qual for, possa, de uma maneira indiscriminada, multar os cidadãos. Não que sejamos contra a multa, como política educativa de trânsito, mas somos contra, radicalmente, a multa quando ela tem por objetivo único, qual seja o de arrecadar, o de multar para fazer caixa para o próprio tesouro do Estado e o de multar para gerar receita para a iniciativa privada.

Alguém poderia me contrariar, mas esse não é o objetivo. Claro que é, sim senhor, o objetivo! Porque quando um condutor pega o seu veículo e vai para uma estrada e sem que haja ao longo da rodovia sinalização, sem que haja ao longo da rodovia veículos caracterizados, sem que haja ao longo da rodovia a interceptação de um policial rodoviário, não me resta outra conclusão senão o que se pretenda realmente seja o objetivo único da arrecadação. Queremos sim a autuação no trânsito como último instrumento para uma política de educação de trânsito, para que o condutor que ande em excesso de velocidade, ao ser flagrado em excesso de velocidade, possa ser abordado por um

policial rodoviário, possa ser conscientizado do seu ato, que desse ato poderá estar colocando em risco a sua própria vida e a vida de todos aqueles que seguem ao longo do mesmo caminho, ou que venham em sentido contrário. Não é esse o objetivo que tem essa empresa COSLADEL no Estado do Paraná, única e exclusivamente quer se arrecadar, arrecadar e arrecadar, beneficiando não os cidadãos do nosso Estado, mas beneficiando-se uma empresa, e buscando, até compreensível meu Líder Deputado Valdir Rossoni, um mecanismo até legítimo pela escassez e pela pobreza porque passa a nosso Estado e os Estados brasileiros em situação pré-falimentar, uma viabilidade econômica para poder bancar o custeio da administração pública. Mas não podemos aceitar que o custeio da administração pública recaia exclusivamente sobre o contribuinte do nosso Estado, não podemos aceitar a terceirização porque ela é maldosa, porque ela é ilegal, porque ela fere de morte a nossa Constituição Estadual, como bem lembrou o Deputado Caíto Quintana relator nessa Casa da nossa Constituição e da nossa revisão. Pois senão vejamos, o Artigo 39 da Constituição Estadual: é vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por funcionários públicos". O que vamos fazer com a nossa Polícia Militar Rodoviária do Estado do Paraná? Ainda outro dia no apagar das luzes de 98 queria-se implantar no Estado o chips, que essa Casa de Leis não permitiu ao Governo do Estado, não permitiu por quê? Estaríamos praticamente selando mais uma penitência pesada sobre o contribuinte, estaríamos esvaziando as funções da Polícia Rodoviária, e novamente mais uma vez de uma maneira contratual dentro do poder discricionário do Estado, o DER celebra um convênio com essa empresa. Mas vigilantes estamos nós na Assembleia Legislativa liderados pelo nosso Deputado-Presidente Anibal Khury, e por cada um de nós, que não podemos aceitar a terceirização.

Por isso, estamos com esse projeto de lei resguardando em primeiro lugar a sociedade paranaense, a imprensa do nosso Estado que tem divulgado com muita presença de espírito porque também defende intransigentemente os interesses dos cidadãos paranaenses, que indignados procuram os meios de comunicação para manifestar a sua indignação, para manifestar a sua revolta, a sua revolta contra a sede incansável do poder público de querer também custear os seus próprios serviços. E temos hoje, por onde passamos, a verdadeira indústria da multa.

A Gazeta do Povo trouxe na última quinta-feira, para que não fosse um argumento só meu, veículo multado, nobre Presidente, literalmente

atrás da moita, o veículo escondido atrás de uma placa de sinalização para que possa fazer a autuação, como escondidos estão todos os veículos dessa empresa, descaracterizados, ficam atrás da moita, na contra-mão, nos canteiros para poder pegar no escuro realmente os condutores dos veículos.

Então, não podemos aceitar, não podemos admitir que se faça autuação de trânsito sem uma política educativa, não podemos aceitar o excesso de multas, não podemos aceitar que seja pago por cada multa lavrada vinte e nove reais para essa empresa. Por isso, esses abusos devem ser coibidos. Sim o Projeto é duro, o Projeto é drástico, mas ele defende a sociedade, defende o cidadão. Claro o DER não gostaria que fosse dessa maneira, mas está aqui o nosso Deputado Alborghetti que ainda nesse final de semana, indo para a Cidade de Londrina, também viu vários veículos descaracterizados ao longo da rodovia. Todos que viajamos todas as semanas estamos vendo e todos sabemos que eles não colocam a sinalização. Todos sabemos que a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná está sentindo nesse interesse o esvaziamento completo da corporação da Polícia Rodoviária em nosso Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, quero aqui pedir o apoio dos nossos companheiros, já que votamos a constitucionalidade. Estamos aptos a defender a constitucionalidade do nosso projeto até o final, porque fomos e entramos em uma lacuna da lei. O Código Nacional de Trânsito é muito claro. Ele não permite ao legislador, dos estados, que possa legislar em cima de matéria de trânsito. Mas ele não pode proibir que no Estado do Paraná não aceitemos realmente que uma empresa faça terceirização dos serviços e multe indiscriminadamente. Dentro de uma lacuna legal do Código Nacional de Trânsito colocamos a nossa proposta - ela é perfeitamente correta. Provamos aqui a inconstitucionalidade da terceirização dos serviços de segurança pública, porque não é possível se terceirizar no Brasil a segurança pública. Aqui está se tentando terceirizar-se também a segurança pública.

Por fim, Senhor Presidente Anibal Khury, quero profundamente agradecer a sua manifestação de apoio, não só pessoal, mas em todos os meios de comunicação, de colocar corajosamente esse projeto na Ordem do Dia. Agradecer também o entendimento que tive com o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, por concordar que votássemos nessa sessão de hoje a constitucionalidade do projeto e dizer, que a partir de amanhã estará em segunda votação e que todas aquelas emendas que visarem aperfeiçoar o projeto, vamos procurar discutir, debater e criarmos condições para que na sua essência ele vai de encontro, defendendo os interesses da sociedade paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Deputado Caíto Quintana, Para Encaminhar a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, se houvesse aparte não precisaria nem encaminhamento.

Quero apenas chamar a atenção, porque na votação de amanhã caberá a apresentação de emendas. Para que não tenhamos de discutir sobre a constitucionalidade ou não de emendas, chamaria a atenção dos nobre Deputados, que talvez onde melhor entre o projeto do Deputado Durval Amaral, seja exatamente o impedimento constitucional de terceirização de contratação de empresa pública, para prestar serviço que o Estado deve fazer. Porque multa, Senhor Presidente, fiscalização de trânsito está embutido dentro do princípio de segurança, tanto que está afeto ao setor de segurança. Ora, ao admitirmos que seja terceirizado o trabalho de multa, de fiscalização de trânsito, estaremos abrindo o passo para amanhã terceirizarmos também o serviço de delegado, escrivão, agente de polícia, de tudo. Se não é possível pela Constituição terceirizar, transferir à iniciativa privada, aquilo que o Estado tem como competência sua de prestar, seguramente muitas emendas poderão aparecer. mas nenhuma delas, que seja atenuante o projeto do tipo: pode multar, desde que ela seja assinada pelo condutor. Não tem nada a ver se é assinada pelo condutor ou não é. O fato é que a iniciativa privada não pode fazer isso. O Estado faz. O Estado pode multar, não estamos aqui tirar receita. Terceirização não, o Estado cumpre, faz rigor. Ninguém está querendo proteger o motorista que não se cuida, que põe em risco a vida de outros, não, o Estado seja rigoroso mas seja através dos instrumentos legais que tem, pelos caminhos que a Constituição permite, nunca terceirização!

Portanto que as Emendas não sejam no sentido de tentar amenizar, não é amenizar, é uma questão de constitucionalidade, não pode passar para a iniciativa privada um serviço desses que é um serviço de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública ao Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de

Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, em 27.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 203/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública ao Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 203/99

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Pelotão da Guarda-Mirim de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.05.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina-AAL, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de

Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Sabáudia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1189, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1104, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, temos um acordo com o Deputado Ângelo Vanhoni, espero que ainda esteja valendo. E marcamos uma data para que os Deputados pudessem ser recebidos pelo Diretor Presidente do BANESTADO.

Estamos já com a data marcada para quinta ou sexta-feira. Se assim entender o Deputado Ângelo Vanhoni, ele poderia retirar o requerimento, porque já está marcada a data para o encontro com os Senhores Parlamentares.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, adio a votação desse requerimento para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação adiada do requerimento.

Requerimentos nºs 1158, 1159, 1180, 1209, 1210 e 1214, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1163, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1165 a 1172 e 1193 a 1196, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, con-

stantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1199, 1200, 1205, 1208, 1211 e 1212, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1173, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1175 e 1177, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1179, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1181, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1182 e 1183, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1185 e 1186, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1187, 1188 e 1190, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1191, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1064 e 1065, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, esses requerimentos, já faz uma semana que estavam na Mesa. Pedimos que fossem adiados para que votássemos no dia em que o Deputado estivesse presente.

Hoje o Deputado está presente e já fornecemos as informações dos devidos requerimentos do Deputado.

Então, se possível, requeiro ao Deputado a retirada do requerimento.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Estou satisfeito com a resposta, retiro os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Retirados os requerimentos do Deputado Divanir Braz Palma.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em explicações pessoais concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, na verdade é uma consulta a Vossa Excelência e à Mesa Executiva.

Tenho notícia pelos jornais de que há um requerimento solicitando a presença do ex-Presidente do Banco do Estado do Paraná, Manoel Neco Garcia, para comparecer a Assembléia Legislativa. Gostaria de saber se existe esse requerimento ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa não existe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 218, 225 e 235/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 250 e 251/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 204, 210 e 281/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/99.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Nereu Moura, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Antonio Belinati, Marcos Isfer, Algaci Tulio,

Beto Richa e Hermes Fonseca. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 226/99 de autoria do Deputado Luiz Fernando Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 136/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 234/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 156/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 194/99 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 137/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 203/99 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexo - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 158/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 248/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 250/99 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa. APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 233/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 251/99 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 253/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 254/99 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 255/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk, Carlos Simões, Beto Richa, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, mais os Deputados Orlando Pessuti e Edson Strapasson. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 224/99 de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 232/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Antonio Carlos Belinati; 03) Projeto de Lei nº 155/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura. 04) Projeto de Lei nº 111/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Marcos Isfer - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 205/99 de autoria do Deputado Pércles Mello. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura. 06) Projeto de Lei nº 082/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 197/99 de autoria dos Deputados Cesar Seleme e Chico Noroeste. Parecer AFAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 252/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 186/99 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 230/99 de auto-

ria do Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 247/99 do Deputado José Maria Ferreira. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura. 12) Projeto de Lei nº 016/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 263/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 084/99 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 255/99 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/90. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO. 16) Projeto de Resolução nº 005/99 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme na forma da emenda anexa - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 262/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 266/99 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas, na forma da emenda anexa - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 204/99 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 281/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária